



"O SATÉLITE PRONTIDÃO AINDA EXISTE?"

Etnografia, arquivo e a poética da
historicidade quilombola



GABRIEL GONZAGA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Gabriel dos Santos Gonzaga

“O Satélite Prontidão ainda existe?”
Etnografia, arquivo e a poética da historicidade quilombola

Porto Alegre
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Gabriel dos Santos Gonzaga

“O Satélite Prontidão ainda existe?”

Etnografia, arquivo e a poética da historicidade quilombola

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Telles Silveira

Porto Alegre
2022

Gabriel dos Santos Gonzaga

“O Satélite Prontidão ainda existe?”

Etnografia, arquivo e a poética da historicidade quilombola

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Telles Silveira

Porto Alegre, 17 de Outubro de 2022

Resultado: Aprovado

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pedro Telles Silveira (Orientador)

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS)

Profa. Dra. Karla dos Santos Guterres Alves (IFRS)

Dedico esse trabalho à Associação Satélite Prontidão

Agradecimentos

Esse trabalho é resultado de uma conjunção de esforços coletivos, de orientações distintas. Acumulei algumas dívidas nesse processo, agora faço o legítimo reconhecimento.

Agradeço ao grupo formado em 2022 no projeto das Oficinas de História e Memória Negra. À Karla dos Santos Guterres Alves, Richard Evandro Guterres Alves e Amanda Guterres Alves pelo respaldo e apoio. À Jane Mattos, Cassio Henrique da Silva, Sônia Duarte de Oliveira e Vanessa Fraga de Souza por me acompanharem nesse percurso.

Agradeço ao Grupo de Estudos em História e Filosofia da Técnica, sediado pela Associação de Pesquisa e Práticas em Humanidades (APPH). Em especial aos amigos Rafael Mascordi, Pedro Drummond e Brenda Renny. Também aos amigos Vicente Detoni, Lívia Gallo, Pedro Batistella, Sandro Marques, Allan K. Pereira, Samara Alves, Gabriela Mitidieri e Hildebrando Maciel pelas trocas estimulantes.

Àquelas que me inspiram: Sarah Tolfo, Juliana Peresterra e Renata Dal Sasso. Também àqueles e àquelas que cotidianamente me acolhem: Nicole Borin, Ketlyn Alves, Stuardo von Turckheim, Juliano Schualtz, Rudimar Zorzetto e Maria Lopes Zorzetto.

Aos amigos que estiveram comigo durante esses quatro anos difíceis, Marcos Heckler, Roberta Morais e Eric Nelsis. Também à Larissa Chemale, Gustavo Monte Blanco, Mariana Minuzzi e Mariana Deluca. Incluo meu agradecimento ao acompanhamento profissional de Francielle Beria.

Aos meus professores Arthur Ávila, Rodrigo Turin e Marcelo F. Assunção.

Em especial, ao meu orientador e amigo Pedro Telles Silveira, que por vezes acreditou mais nesse trabalho do que eu. Obrigado, Pedro!

Por fim, agradeço à minha família, Marli dos Santos Silva, Luiz Fernando Gonzaga, Matheus Gonzaga, Samara Gonzaga. Obrigado pelo suporte incondicional.

Resumo: Esta monografia apresenta um percurso etnográfico e teórico experimental realizado em 2022 na Associação Satélite Prontidão (ASP), um Clube Social Negro (CSN) centenário em Porto Alegre (RS), no Brasil. A partir do trabalho no *Memorial da ASP*, onde foram idealizadas as *Oficinas de História e Memória Negra – 120 anos ASP*, refletiu-se sobre a possibilidade da Teoria da História dialogar com as histórias negras locais assegurando a autonomia epistemológica. Com base na experiência etnográfica registrada em caderno de campo, materiais derivados das *Oficinas* e em entrevistas com membros da ASP e colaboradores das atividades em torno do *Memorial*, buscou-se sistematizar uma discussão teórica em diálogo com os debates da História Pública e da Indisciplina. Ao todo, busca-se construir aqui uma metodologia chamada de Poética da Historicidade, afirmando seu antagonismo com a abordagem analítica disseminada nas teorias da Historiografia.

Palavras-chave: Associação Satélite Prontidão; Clube Sociais Negro; Teoria da História; História Pública; Indisciplina.

Abstract: This monograph shows an experimental ethnographic and theoretical trajectory realized during 2022 in Associação Satélite Prontidão (ASP), a centenary Black Social Club at Porto Alegre (RS), in Brazil. Stem from the work in *Memorial da ASP*, where the *Oficinas de História e Memória Negra – 120 anos ASP* was idealized, it thought about the possibility of Theory of History to dialogue with Black local histories ensuring epistemological autonomy. Based on ethnographic experience registered in fieldwork notebook, materials from the *Oficinas* and interviews with ASP members and collaborators of the *Memorial's* activities, it searched to systematize a theoretical discussion in dialogue with the Public History and the Indiscipline debates. In general, it seeks to construct a methodology called the Poetic of Historicity, stating its antagonism to analytical approach disseminated into theories of Historiography.

Keywords: Associação Satélite Prontidão; Black Social Club; Theory of History; Public History; Indiscipline.

SUMÁRIO

O Memorial da ASP e a Informante Nativa	10
15 As Oficinas de História e Memória e o Método Etnográfico	
<i>Poética/Analítica</i>	21
23 <i>A dívida impagável</i>	
<i>Os Clubes Sociais Negros são quilombos?</i>	27
A sociogenia e as pessoas-problemas	32
37 Da analítica à poética da Relação	
<i>O corte da luz na ASP e a opacidade dos Clubes Sociais Negros</i>	44
História, público e inocência	47
54 Historicidade e Arquivo negro	
58 <i>Os artefatos do Satélite Prontidão</i>	
Indisciplina como ferramenta	62
69 A Poética Quilombola	
<i>Os/As Griôs de Prontidão</i>	76
Palavras Finais	77
Referências Bibliográficas	81
Anexo	87

Todo conhecimento carrega consigo a adoção, consciente ou não, de um modo de vida. Enfrento esse problema nessas páginas, que considero ser político, embora não caminhe para um universo de questões éticas, de regramentos e normas, mas para uma problemática ontoepistemológica. A narrativa – se houver a necessidade de uma – é a do encontro etnográfico. Nessa introdução, contarei sobre os eventos e personagens dessa história antes de emergir o lugar no qual desenvolvi esse trabalho.

Encontrei a Associação Satélite Prontidão (ASP) graças à mediação da amiga Amanda Guterres Alves, em novembro de 2021. Estávamos pelo segundo ano consecutivo isolados pela pandemia da Covid-19. Tinha planos de me mudar para o Rio de Janeiro após ter sido aprovado no doutorado em História na Unirio, mas permaneci em Porto Alegre e reorientei meus interesses de pesquisa para a cidade. Vivíamos os momentos que sucederam o assassinato de João Alberto Freitas por seguranças do supermercado Carrefour, um evento brutal que impactou toda a política antirracista da capital gaúcha¹.

O Memorial da ASP e a Informante Nativa

Antes das conversas com Amanda, não conhecia nada além de pequenas histórias sobre os Clubes Sociais Negros (CSNs) de Porto Alegre, particularmente a Sociedade Floresta Aurora. Havia aceitado ajudá-la com seu projeto de dissertação e aproveitei o momento para perguntar mais sobre a vida no clube, sua história e seu momento atual. Na época, Amanda estava vinculada à *Juventude ASP*, um grupo que se formou durante a pandemia e reativou o departamento dedicado aos jovens. Os integrantes estavam desenvolvendo um documentário para contar a história do Satélite Prontidão na comemoração dos seus 120 anos. Meu primeiro interesse de pesquisa foi sobre esse grupo, mas que rapidamente mudou quando comecei as reuniões no *Memorial da ASP*.

O *Memorial* é um projeto coordenado pelo Departamento de Acervo e Pesquisa da Associação Satélite Prontidão (ASP), dirigido pela doutora em pedagogia Karla dos Santos

¹ O assassinato de João Alberto Freitas aconteceu nas vésperas do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, em 2020. A data comemorada em todo país tem contribuições importantes da história negra do Rio Grande do Sul na sua idealização e disseminação. Com essa confluência, as ruas da cidade lotaram de vozes antirracistas exigindo justiça. Os desdobramentos desse dia são vários, entre eles a eleição de um grupo de vereadores e vereadoras negras, de diferentes partidos, apelidado de “Bancada Palmares”. Outro resultado disso foram os acordos de indenização entre poder público e Carrefour, que acabaram dividindo posições no movimento negro. Ver o manifesto da Coalização negra por direitos - COALIZAO Negra por Direitos. “Não em nosso nome! Nota sobre o TAC Carrefour – caso Beto Freitas”. Disponível em: <<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/06/18/nao-em-nosso-nome-nota-tac-carrefour-beto-freitas/>> Acesso em 20 jul. de 2022.

Guterres Alves, professora no Instituto Federal de Educação do Rio Grande Sul (IFRS) e mãe de Amanda. Além do *Memorial*, Karla também dirige a *Afroteca*, uma biblioteca comunitária com temática africanista e afro-brasileira. Apesar do meu interesse ter se detido ao *Memorial*, ambos os projetos se interseccionam. Quando conheci Karla, mediado por Amanda, no final de 2021, ela me contou sobre as dificuldades que enfrentava no trabalho com a memória do clube, sobre os efeitos da pandemia e os planos para 2022. O seu principal objetivo era concretizar um antigo desejo: um espaço físico para o *Memorial da ASP*.

Minha primeira visão de um todo sobre o Satélite Prontidão se formou em janeiro de 2022, quando, à convite de Karla, participei de uma reunião geral com diretores dos departamentos do clube. Nesse encontro, Karla destacou as atividades realizadas pelo seu departamento direcionadas à memória e visibilização da história da ASP. Algumas das estratégias adotadas em meio à pandemia foi assimilar as tecnologias digitais através de *lives* no YouTube, Instagram e o Facebook. As redes sociais foram usadas para estender a comunicação com a comunidade de associados/as e simpatizantes². Nessa ocasião, ouvi pela primeira vez o termo “famílias prontistas”, como a parcela mais antiga de frequentadores se referem aos integrantes da ASP. Ainda à frente da plateia, Karla contou sobre as *Oficinas de História e Memória*, nas quais me inseriria, e o planejamento para o *Memorial da ASP*.

Estávamos no auditório da sede da ASP, no terceiro andar do prédio, um salão que recebe o nome de João Cândido em homenagem ao marinheiro. É um dos espaços mais prestigiados na estrutura do clube, ao lado do salão principal, no térreo, onde acontecem as principais festas e confraternizações. Nesse dia, conheci todo o edifício, desde a copa até o espaço do acervo, passando pela sala de aula disponibilizada para o curso pré-vestibular popular há muito tempo sediado pela associação. A atual sede do Satélite Prontidão é motivo de orgulho e preocupação. Localizada no bairro Rubem Berta, zona norte de Porto Alegre, um dos bairros de maior concentração populacional da cidade³, a sede possui recursos difíceis de serem descritos, com muitos espaços para realizar atividades. Várias pessoas me relataram esse sentimento de vaidade com o edifício. Contudo, essa estrutura gera gastos de manutenção não

² Ver página da Associação Satélite Prontidão no *Instagram* - <https://www.instagram.com/sateliteprontidao/>

³ Há dados disponíveis no 50^a Anuário Estatísticos. Ver PORTO ALEGRE. Anuário Estatístico. 50^a Edição – 2020. Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, 2021. Disponível em: <
http://proweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/anuario_estatistico_pmpa_2020.pdf>
Acessado em 20 Set. 2022.

suportados pelo orçamento da entidade. Aquilo que era dito como conquista na história recente da ASP, hoje é um dos seus maiores dilemas.

Um dos aspectos importantes nos Clubes Sociais Negros (CSNs) é a sede própria. É uma das características destacadas em um mapeamento promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁴. Em posse desses instrumentos, os CSNs promoveram alternativas de sociabilidade para pessoas negras desde o século XIX. Embora tenha maior concentração no centro-sul do país, clubes e associações negras se multiplicaram por todo o país e formaram redes de suportes nacionais e transnacionais para a cultura, o lazer e a política negra. Para a historiadora Fernanda Oliveira da Silva, essas entidades sustentaram alianças políticas próprias ao contexto do pós-abolição, classificadas na categoria ampla do “associativismo negro”⁵. Elas compuseram o esquema tripartite da historicidade negra proposta por Paul Gilroy⁶: sustentaram ajudas mútuas para recém-libertos nos anos de emancipação e desmanche da escravidão; organizaram uma comunidade dispersa em eixos políticos comuns, em torno da identidade racializada negra, em prol do reconhecimento de suas cidadanias e igualdade; e promoveram círculos de lazer e cultura que tornavam as pessoas participantes autônomas em relação aos espaços brancos privilegiados que não aceitavam compartilhar suas vidas com descendentes dos povos africanos escravizados. Em contraste com o começo do século XX, os CSNs hoje se reorganizam em torno do seu reconhecimento como patrimônios culturais frente ao Estado⁷.

Uma das advertências repetidas a mim durante o tempo de campo na pesquisa foi a de que não deveria generalizar os CSNs. Outra era a de que eles não se reduzem às suas festas e atividades culturais. Em especial, a Associação Satélite Prontidão possui uma história peculiar. Quem primeiro me narrou essa trajetória foi Karla, que costuma dividir a história do clube em

⁴ LIMA, Alessandra Rodrigues; SILVA. Mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil: Análise e Sistematização de Informações. Brasília: IPHAN, 2015.

⁵ SILVA, Fernanda Oliveira Da. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

⁶ GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora 34; Universidade Candido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

⁷ ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. É possível acompanhar os avanços da luta clubista, estudada e representada pela profa. Giane Vargas, no site do projeto “Clubes Sociais Negros do Brasil e do Uruguai” – Disponível em: < <https://clubessociaisnegros.com/>> Acessado em: 20 Set. 2022.

três fase. A primeira, Karla chama de associativismo negro, momento da sua primeira aparição em 1902 no nome de Sociedade Bailante Satélite, em espaços alugados nos bairros do Centro e da Cidade Baixa⁸. Em 1956, o Satélite se fundiu com outra associação negra, o Grupo Carnavalesco Prontidão, gerando o seu nome atual. Nesse momento, Karla diz ter se iniciado a fase voltada para a cultura, com destaque para as festas, os concursos de beleza, os blocos de carnaval e a condecoração de personalidades negras com o “troféu zumbi”. Esses anos são conhecidos como o auge do clube, de onde a maior parte do material do acervo do *Memorial* advém. Com a fusão, a comunidade prontista arrecadou verba para a compra da sua sede própria no bairro Glória, na zona sul da capital. O prédio singelo é motivo de nostalgias por parte das “famílias prontistas”⁹ por ter abrigado seus anos mais vívidos.

A terceira fase, segundo Karla, é caracterizada pela integração do clube com pautas históricas do movimento negro e a mudança para a zona norte, sua localização atual. Esse é o presente do clube, em que se dá a diferenciação entre a comunidade prontista do movimento negro, o trabalho de reorganização de sua história e memória e a difícil tarefa de se atualizar diante dos desafios e exigências contemporâneas. Por conta disso, há uma contínua transformação nas gerações que ocupam os cargos diretivos na ASP¹⁰. Diversos interlocutores, inclusive a professora Karla, me narraram essa “diáspora” interna do Satélite Prontidão, tendo surgido e ressurgido em contextos de periferização das pessoas negras. Contudo, o clube sempre esteve ligado a uma valorização da imagem individual e familiar em moldes modernos e patriarcais, sendo continuamente associado a classes médias negras, ou a “elites negras”, termo muito contestado por membros e pesquisadoras/es.

No início de 2022 eu já estava integrado ao *Memorial da ASP*, buscando, no entanto, encontrar um espaço para colaborar com as atividades do clube. Procurando saber sobre a trajetória dos projetos do *Memorial* antes da minha chegada, entrevistei a professora Karla em março desse ano. No decorrer dos meses, Karla se tornou uma amiga e um tipo de “informante nativa”, uma figura muito afamada nas monografias etnográficas. Karla viveu boa parte da sua

⁸ Essa informação é resultado de pesquisa interna da ASP realizada pela historiadora Jane Mattos.

⁹ Exemplo disso é o trabalho de Ana Lúcia Feijó, filha de Nilo Feijó, um dos principais presidentes do clube. Ver FEIJÓ, Ana Lúcia Felipe. **Os 110 anos da Associação Satélite Prontidão em uma viagem através da fotografia**. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

¹⁰ Uma instigante dissertação de mestrado sobre a ASP e a Sociedade Floresta Aurora apontou esse dado no começo dos anos 2000. JESUS, Nara Regina Dubois. **Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

juventude no Satélite Prontidão, onde foi coroada duas vezes rainha em concursos de beleza. Ela me contou que quando se casou com seu marido, Richard Guterres Alves, que preside o clube hoje, se mudou do Rio Grande do Sul e se afastou da comunidade prontista. Nesse meio tempo, construiu sua carreira na pedagogia, concluindo mestrado e doutorado na área de Ensino de Ciências. Após retornar a Porto Alegre, em 2018, quando Richard se aposentou pelo Exército¹¹, Karla estranhou as mudanças na ASP, a começar pela localização do clube. Ela me contou que foi nesse momento que aceitou o convite para o projeto do *Memorial da ASP*. Karla é uma das maiores conhecedoras da história do Satélite Prontidão. Durante a entrevista, perguntei se ela não se via como uma “intelectual orgânica” do clube – categoria que conheci graças aos estudos de Antônio Gramsci e Stuart Hall, mas que já foi empregada no contexto dos CSNs por Fernanda Oliveira¹². Ela concordou.

Segundo Karla, a primeira proposta do *Memorial* foi pensada para a história negra gaúcha. Ela influenciou na reorientação para a história do clube, que refletiu a preocupação com a organização e manutenção do acervo, além da arrecadação de doações. Com o passar do tempo, o grupo construído em 2018 se dissolveu em meio a pandemia. Coube a ela, agora oficialmente na diretoria, tocar o projeto adiante e concretizar sonhos antigos, a exemplo do espaço físico. Karla, no entanto, diz enfrentar problemas tanto em relação a recursos financeiros e de pessoal, quanto em termos de conhecimento técnico e teórico para lidar com o material que dispõe. À frente do *Memorial*, ela vem utilizando-o como um instrumento contra uma amnésia relativa entre a ASP e a cidade de Porto Alegre. Ela vinculou o projeto ao IFRS e, com isso, conseguiu estudantes bolsistas para ajudá-la. “O Prontidão ainda existe?”, as pessoas a perguntavam surpresas ao reencontrarem a entidade ou apenas saberem dela por meio das suas atividades virtuais. Presenciei um desses momentos quando um motorista de aplicativo me contou que costumava frequentar as festas do Satélite Prontidão na sua antiga sede. Depois de me deixar para um dia de atividades no clube, lembro de vê-lo olhar espantado para o prédio por alguns segundos e depois acelerar o carro na volta ao trabalho.

Com as longas conversas que tive com Karla, no começo da minha estadia na ASP, procurava um espaço de atuação. Tentava entender quais eram suas demandas e de que modo

¹¹ Militares não se aposentam como trabalhadores formais, ao invés disso, se afastam do seu cargo e passam a integrar uma reserva de contingente.

¹² “Entendo como intelectual negro/negra todas as pessoas negras que refletiram sobre a sua existência, condicionamentos e história e as dotaram de sentido por meio da escrita, sem que para isso tenham necessariamente cursado a educação formal e/ou escrevam pautados em valores que imperam no mundo acadêmico”. SILVA, op. cit., 2017, p. 30.

poderia encontrar um lugar para desenvolver interesses próprios, particularmente teóricos, e ao mesmo tempo devolver algo para a instituição. Karla me disse que tinha o desejo de criar um grupo de estudos para a equipe do *Memorial da ASP*. Com alguma criatividade, recorrendo a minha formação universitária, elaborei uma primeira versão de cronograma que aos poucos sofreu alterações importantes com a contribuição de outros e outras participantes das reuniões semanais. As *Oficinas de História e Memória negra* surgiram desse desejo de aglutinar no calendário da ASP reflexões teóricas e metodológicas sobre as particularidades do arquivo negro. Esse espaço serviu tanto às pessoas que já integravam o projeto quanto àquelas que ingressaram com a abertura da ação de extensão junto ao IFRS.

As Oficinas de História e Memória e o Método Etnográfico

No começo do ano, precisei construir um espaço no *Memorial da ASP*. Não parecia que meu acúmulo de estudos de gabinete pudesse servir para algo naquele local e contexto. As *Oficinas de História e Memória Negra*¹³ foram uma estratégia de inserção para possibilitar que eu continuasse minhas observações em campo e ao mesmo tempo contribuísse para algo na vida do clube. As *Oficinas* passaram pelo crivo de muitas pessoas, que contribuíram com leituras, temáticas e sugestões de encontro, incrementando-as até seu número total de 12 atividades divididas ao longo de seis meses. Algumas dessas atividades já estavam semiestruturadas no calendário do Satélite Prontidão, como o “Café com Memórias”, momento de reunião com mais velhos e captação de memórias. Além de leituras, discussão de textos e atividades presenciais, que se intercalavam com encontros virtuais, estabelecemos cinco objetivos particulares:

- 1) Sistematizar conceitos que auxiliem na catalogação do acervo da Associação Satélite Prontidão;
- 2) Elaborar a primeira exposição do *Memorial da ASP* na sede do Satélite Prontidão;
- 3) Idealizar um programa de educação patrimonial do Memorial ASP;
- 4) Construir um projeto de História Pública tendo em vista a captação de recursos para investimento no espaço físico do Memorial ASP;
- 5) Apresentar trabalhos desenvolvidos durante as oficinas no Seminário de aniversário do clube Floresta Aurora¹⁴.

¹³ Incluí em anexo nesse trabalho o cronograma das *Oficinas*.

¹⁴ O seminário aconteceu em setembro de 2022 e contou com o apoio da UFGRS. Para mais informações, ver <https://www.ufgrs.br/deds/floresta/> - Acessado em 24 de novembro de 2022.

Enquanto escrevo essas páginas, estamos próximos de concretizar dois desses objetivos, tendo vários outros extrapolado a capacidade da equipe. Com a elaboração do documento das *Oficinas*, tomamos uma decisão arriscada: abrir as atividades do *Memorial da ASP* para pessoas externas, que poderiam participar das discussões e adquirir um certificado de 40h de atividades complementares junto ao IFRS.

No formato de uma ação de extensão, as *Oficinas* foram uma resposta de uma equipe de trabalho que estava esvaziada e sem muitas expectativas para o ano de 2022. Organizando nossas ações com um calendário de estudos, conseguimos construir um grupo que em muitos momentos se assemelhou a um laboratório de pesquisa. Parte do componente curricular das *Oficinas* era um trabalho final, um resumo com uma proposta para o acervo da ASP. Tínhamos a intenção que esses trabalhos fossem apresentados no Seminário Internacional Clubes Sociais Negros, organizado pela UFRGS e a Sociedade Floresta Aurora. Era uma estratégia de visibilização do Satélite Prontidão que efetivamente se concretizou. No entanto, também lidamos com ansiedades externas e desejos não cumpridos. Precisamos nos adequar entre construir a ferramenta do *Memorial*, com objetivos próprios, e a perspectiva externa que nos via por outras lentes¹⁵. Abrimos 15 vagas e tivemos uma média de metade desse número na maior parte do projeto, sofrendo um grande esvaziamento na etapa final. No entanto, conseguimos realizar bons trabalhos. No momento em que escrevo, estamos em campanha para arrecadar fundos para a inauguração do espaço físico do *Memorial* e em preparação para nossa apresentação coletiva no Seminário¹⁶.

Repetindo, as *Oficinas* abriram um lugar para minha estadia na ASP – que não se encerrou. Primeiro, tentei utilizá-las para pensar um programa de extensão. Então passei a notar que os debates nos encontros e as demandas de sobrevivência que permeavam a vida do clube abriam um outro elemento: a questão da historicidade se sobressaía em várias dimensões. Os anseios com o *Memorial* começavam a me soar como uma tentativa de organizar uma posição no presente. Tudo corroborava para esse entendimento: a mudança da ASP para zona norte de Porto Alegre era recente; o envelhecimento das pessoas associadas colocava o problema do futuro; e a dívida astronômica da entidade com o poder público comprometia as atividades. Contar a história do Satélite Prontidão nesse momento poderia servir diretamente a vida. Fui

¹⁵ No segundo encontro, uma participante se referiu às *Oficinas* como um “curso de letramento racial”. Contudo, essa não era nossa proposta.

¹⁶ Em novembro, o projeto foi contemplado pelo Programa Ancestralidades de Valorização à Pesquisa, vinculado à Fundação Tide Setubal e ao Itaú Cultural. Ver <https://www.ancestralidades.org.br/noticias/Conheca-os-projetos-selecionados-no-Programa-Ancestralidades-de-Valorizacao-a-Pesquisa-2022> - Acessado em 24 Nov. de 2022.

percebendo que minhas seguidas anotações sobre minha vivência, as reuniões que participava, as festas e as atividades das *Oficinas* caminhavam para uma etnografia. Essa metodologia poderia, enfim, tirar meus estudos do gabinete e colocá-los à prova do tempo e do espaço da ASP.

Em parte, quero chamar essa metodologia de etnografia porque ela me fez sair a campo, conviver com pessoas para quem a história não aparece apenas como ciência, mas principalmente em sua operatividade cotidiana. Por outro lado, esse método duvida de si mesmo e tende a introduzir a diferença na Teoria. A diferença e o sentido são, em si mesmos, a matéria bruta da antropologia. Seus principais artifícios são a observação participante, a escuta ativa e a textualidade, a escrita, que dá sentido ao que José Magnani chama de “experiência etnográfica”¹⁷. Para Magnani, toda monografia tende a um totalidade sobre a cultura que estuda, uma posição a qual não quero me filiar. Minha estadia na ASP poderia seguir uma compreensão sobre os CSNs, estabelecendo suas características comuns e suas redes. Contudo, não acredito que essa totalidade possa dá conta do movimento e da historicidade. Como irei defender mais adiante nesse trabalho, o conhecimento etnográfico pode situar a opacidade na Relação. As *Oficinas* foram o lugar em que decidi utilizar da experiência para repensar a Teoria. Nesse sentido, seguindo o que defende Mariza Peirano, “etnografia não é método; toda etnografia é também teoria”¹⁸. Em campo, um historiador encontra não o histórico, mas a historicidade, que é o problema da orientação.

O que estivemos fazendo esse tempo todo aqui? Como chegamos? Para onde estamos indo? Essas são questões análogas a muitas que encontrei em diversas ocasiões no Satélite Prontidão. Há muito tempo essas perguntas são repetidas e respondidas. Em campo, percebi que a questão não era que eu estava mais capacitado que qualquer outra pessoa para trabalhá-las. Karla, por exemplo, não tinha treinamento na Historiografia tampouco em nenhuma daquelas ciências que arrogantemente são chamadas de “auxiliares” pelos/as historiadores/as. No entanto, ela estava mais próxima de construir respostas para a localidade do que qualquer outro/a historiador/a especializado/a em CSNs ou na história do pós-abolição. A questão é que, admitindo que a História se institucionalizou como uma ciência, existem ansiedades que pairam

¹⁷ MAGNANI, José G. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, vol. 15, n. 32, pp. 129-156, 2004.

¹⁸ PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, vol. 20, n. 42, pp.377-391, 2014, p. 383.

o imaginário das culturas sobre sua *preteridade*¹⁹ (a posição do passado). Boa parte do meu trabalho nas *Oficinas* foi orientar quais questões deveriam ser desafiadas para que o trabalho no *Memorial* pudesse enfim responder a sua situação e não aos protocolos disciplinares. Nesse sentido, se tratou de enfrentar pressupostos sobre a existência negra que são racializados em espaços prefigurativos e, depois, transportados para a explicação histórica.

Para isso, a etnografia se mostrou especialmente útil. Ao nos obrigar a situar o sujeito da compreensão histórica, parte da proposta das *Oficinas*, a metodologia etnográfica foi convertida, como diz o antropólogo Osmundo Pinho, em *práxis*²⁰. É nesse sentido que compreendi minha própria prática em torno de uma produção e não uma hesitação, que chamei de *poética*, me contrapondo à analítica amplamente difundida na Teoria da História. A poética me possibilitou uma prática que age em tensão com a Teoria que a permite. Por isso, não se trata de abrir mão da totalidade, mas de trabalhá-la como o indizível da Relação. A relacionalidade evita a pergunta pelo *ser*, por essa instância produtora de mundo, e permite o *sendo*, a opacidade diante dos fluxos erráticos dos mundos em implicação e destruição. A *poética da historicidade* é o modo de habitação da Teoria fora dos gabinetes. Ainda me inspirando em Pinho, digo que a poética não carrega um caráter predatório, não se interessa por grandes sistematizações solitárias e compreensões teóricas. A poética quer devolver à localidade a autonomia sobre sua própria imagem, que é em si historicidade.

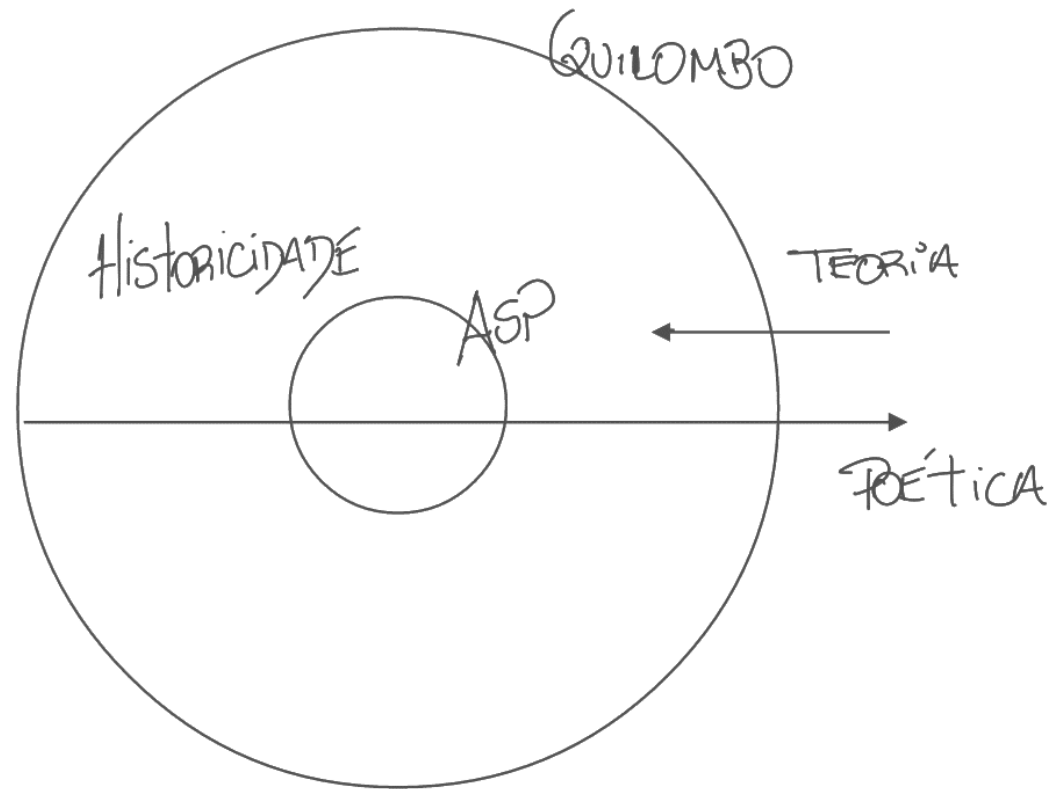
O objetivo desse trabalho, portanto, não é apresentar um projeto de extensão. É propor um modo de ocupar a extensão universitária, um modo que pode apenas ser teórico porque encara o trabalho de enfrentar o problema da autonomia da historicidade. Para isso, trabalhei nas próximas páginas pequenas histórias etnográficas que demonstram o percurso das *Oficinas*, intercalando-as com uma discussão teórica de fundo. Nesse segundo texto, tentei enfrentar duas escolas de discussões que, a princípio, pareciam me ajudar com a tarefa de estar em campo: a História Pública e a Indisciplina. Ao passo que questiono a possibilidade dessas discussões me auxiliarem na condução do trabalho na ASP, desenvolvi paralelamente uma perspectiva poética sobre a historicidade. A poética é o campo de trabalho que emerge quando deslocamos o discurso histórico científico, permitindo uma reconstrução de suas bases. Assim, chegamos a

¹⁹ Desenvolvo a ideia de *preteridade* com Michel-Rolph Trouillot mais adiante. Ver TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: o poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.

²⁰ PINHO, Osmundo. Etnografia e emancipação: descolonizando a antropologia na escola pública. In: BEZADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

dimensão ontoepistemológica com a qual iniciamos. A *poética da historicidade* permite a horizontalidade entre ciência e vida.

Figura 1 - Poética da Historicidade (Rascunho)



Fonte: do Autor

Para dar conta do movimento ao qual estou me propondo, precisei construir vários antagonismos que seguem tensionados ao longo de todo texto a seguir. Antes disso, julgo ser importante pequenas palavras sobre esses termos:

Poética/Analítica

A poética é a flecha que cruza o entendimento metódico desenhado. Ela é um sinal, permite que o sentido vaze na relação sem que todo o conjunto seja desestruturado. Ela carrega consigo o traço das coisas que existem nesse ambiente. Diferente da analítica, a poética é um sinal da localidade, como argumentaremos a seguir.

Quilombo

Encontraremos quilombo com Maria Beatriz Nascimento. Quilombo dá o limite da nossa compreensão. Nenhum sujeito é dado por si mesmo, contudo, também não é dado por outro. Quilombo situa a historicidade em uma paisagem, ele é derivado de outro antagonismo, entre a terra e o mar. Veremos que quilombo é o que escapa às explicações históricas de causa e efeito.

Historicidade/Histórico

A historicidade preenche o sentido espaço-tempo da Associação Satélite Prontidão até o limite da compreensão, que é quilombo. A historicidade não é explicada por quilombo; ao contrário, quilombo dá as bases nas quais a historicidade quilombola pode emergir. O histórico não é a historicidade. O histórico se refere à organização processual do tempo que subjuga o espaço e que repete os anseios dos sujeitos da modernidade, a Nação e o Capital. A historicidade quilombola subjuga o tempo ao espaço. Veremos que quilombo é territorialização e desterritorialização.

Teoria

A Teoria é todo trabalho da abstração que não surge do universo da poética da historicidade quilombola. Por isso, ela é um sinal em direção oposta à poética. As Teorias com que dialogo nesse trabalho são as Teorias da História, especialmente aquelas dedicadas a pensar a História Pública e a Indisciplina. Para chegar à localidade, a Teoria quebra o universo que lhe é desconhecido do quilombo. Após isso, seu trabalho será percorrer o sinal da poética a fim de se orientar no espaço e no tempo. A Teoria nada mais é do que uma alegoria para o encontro etnográfico que subsidia esse trabalho.

Localidade

A localidade é um universo que não pode ser explicado por abstrações alheias, seja a Teoria, seja a História. A localidade é todo conjunto de relações que não obedece nossas abstrações. Ela está no centro daquilo ao que a historicidade vem dotar de sentido. Por isso, a localidade guarda sempre algo de opacidade, cedendo apenas alguma transparência para a poética.

Transparência/Opacidade

São termos comuns para a teoria da imagem. A transparência define que algo é explicado por outro. Por exemplo, uma imagem de fulano é explicada por beltrano. A opacidade, por sua vez, define que algo coincide consigo mesmo. Voltando ao exemplo, a imagem de fulano é apenas imagem.

A dívida impagável

A Associação Satélite Prontidão é assombrada por um fantasma: a dívida financeira. Desde que comecei a frequentar o clube e trabalhar com a equipe do *Memorial da ASP*, escutei sobre a dívida mesmo quando ela não era o assunto. Sentia como se ela ecoasse nos corredores, nas conversas e nas atividades do clube. Tudo que o presidente atual, Richard Evandro Guterres Alves, esposo de Karla, faz à frente da ASP diz respeito ao desafio de responder à situação na qual o prédio da entidade pode ser leiloado para quitar as finanças. Entrevistei Richard no dia 15 de agosto de 2022.

Richard é militar, formado pela Academia das Agulhas Negras, atualmente na reserva de contingente. Nascido em Porto Alegre, embora sua família tenha origens no interior do Estado. Durante a longa entrevista que tivemos, procurei entender quais eram suas motivações à frente da ASP e no que consistia a dívida que assombra a instituição. Porém, um dos ruídos na nossa comunicação foi a questão com o Movimento Negro. Quando fiz uma pergunta sobre sua relação com o Movimento Negro, Richard fez questão de separar termos conceituais: Movimento Negro, Negro em movimento e a comunidade negra.

O Movimento Negro hoje ele traz à tona, mantém abertos, muitos canais de discussão, está trabalhando para que seja dada mais publicidade às questões que dizem respeito exclusivo a comunidade negra, que é o nome, eu prefiro entender como mais abrangente. Porque a comunidade negra é diversa, ela não é somente Movimento Negro, ela é muito mais abrangente que isso.

É a comunidade negra com toda sua diversidade. E os Clubes Sociais Negros, que foram conceituados aí já como entidades criadas e geridas por representantes da comunidade negra, e não representantes do Movimento Negro, tá entendendo o que eu quero dizer?

Para Richard, a ASP é antes de mais nada um instrumento da comunidade negra. Por mais que se alie, há uma linha separando-os. O Satélite Prontidão foi para Richard um fortalecimento da sua identidade, ele me contou. Nesse sentido, Richard vê os Clubes Sociais Negros como um equipamento da comunidade. Mais uma vez, ele dividiu conceitos para organizar e discriminar agentes e objetos.

O Satélite Prontidão integra um território. Ele é um equipamento do território. Ele não é o território, ele não é o movimento. Ele é o Satélite Prontidão, com as suas ligações. [...] Costuma-se dizer que o Satélite Prontidão foi empurrado pra periferia. O fato é que ele estava ali na Aparício Borges, né? Tava ali na Aparício Borges. E a visão de futuro tá aonde?

Será que se vislumbrou em algum momento que chegaria uma época que talvez o Satélite Prontidão tivesse que se movimentar daquele território? Será que teve alguma decisão? Alguma conversa, né, a respeito do que fazer para nos mantermos nesse território, mantermos a posse do nosso terreno...

Eu tô perguntando, eu não sei, eu não participei, então eu não posso criticar. Eu sei que hoje o Satélite Prontidão... tô resolvendo dessa forma, viu Gabriel... ele retorna, ele se aproxima do território aonde a comunidade negra se equipara, equivale, sob diversos

aspectos, a mesma comunidade negra que fez surgir o Satélite Prontidão lá nos meados do século XX. Tu tá me entendendo?

A ASP e o território não são a mesma coisa. A ASP integra um território. Esse território é o da comunidade negra, em outros termos, o bairro do Rubem Berta, envolto ao clube. Richard diz que é preciso organizar e profissionalizar a gestão do clube para que ele torne a servir para as pessoas negras, principalmente aquelas da região em que se encontra, do mesmo modo que serviu no passado. Para isso, é preciso encarar erros do passado, erros esses que se materializam na forma de uma dívida.

O montante gira em torno de 260 mil acumulados de 11 anos nos quais a associação não pagou o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a taxa de coleta de lixo. Para Richard, não é só a dívida que afeta o clube, ela apenas coroou o resultado de uma desorganização de gestão interna que resultou na paralisação da instituição com o descontrole financeiro. No entanto, Richard não deixa que se esqueça que, fazendo o trabalho que faltou ao Estado todos esses anos, a ASP contribuiu muito mais aos cofres públicos.

Enfatizar, certo, que a gente tem que pensar fora da caixa que querem que a gente pense. E eu não vou pensar na caixinha que me determina a pensar. Enquanto cidadão, enquanto homem... enquanto homem negro. Não vou, não vou, me nego. Me nego a pensar. Porque pensando nessa caixinha eu tenho que pagar 260 mil reais para a prefeitura.

[...] Sendo que o Satélite já contribuiu infinitamente mais do que isso, ao longo dos 120 anos, para os cofres públicos. Eu sei fazer essa conta, eu sei fazer essa conta, e não é enquanto militar não, é enquanto cidadão.

A recuperação do passado do clube também serve para contestar sua situação atual. Mesmo que Richard multiplique as razões pelas quais a ASP enfrenta esse cenário de crise, ele é consciente de que se trata de um contexto racializado e algumas contradições que aponta indicam essa direção. No sentido inverso, as contribuições da entidade para a comunidade formam uma dívida impagável.

Quando escrevo que a historicidade se tornou um problema vivido pela ASP me refiro a essa busca no passado para questões de orientação no presente. Richard me disse, por exemplo, que era preciso continuar os objetivos que foram definidos no passado e que se perderam. Quando perguntei se isso significava que a ASP precisava se reencontrar com sua história, ele negou e afirmou que a história da instituição é um bem intangível, que ela carrega em seu nome e a qual sempre poderá recorrer. O *Memorial* é o instrumento em que Richard enxerga esse potencial de operar a história.

E a construção de um memorial ela é pujante e necessária e há de se efetivar essa ferramenta interna do clube. Pra gente poder olhar e poder ver o quão mais difícil foi, no passado, pra aqueles homens e mulheres do que agora. Em que se tem internet, em que se tem diploma, por pior que seja se tem transporte público, um Estado falho, negligente, mas muito melhor do que foi no passado. A gente olha praquilo lá e percebe realmente porque que nós temos que lutar. [...] A gente decide melhor, a gente olha pra dentro de si enquanto instituição. Repensa o caminho a ser seguido e decide os passos futuros.

Se um presidente entra, qualquer integrante da sociedade, da associação, adentra no memorial e se identifica também com aquilo, ele vai pertencer, ele vai se doar muito mais para a associação. Então acho que isso funciona como um motivador para a geração atual e também para as gerações futuras que vão querer ver seus nomes inscritos nesse memorial.

Penso que a fala de Richard justifica minha preocupação com a autonomia da historicidade no projeto do *Memorial*. Tendo que servir a propósitos seus e não de outros, é preciso pensar de que modo essa história poderá ser contada. Richard foi muito ativo na entrevista. Em alguns momentos, tomou o *tablet* que eu utilizava para a gravação e parou o gravador, confidenciou estratégias sobre as quais não tenho registro e muito menos permissão para a escrever. Por conta disso, decidi perguntar ao fim se não haveria algo mais que ele gostaria de me dizer. Ele respondeu: “arregace as mangas e trabalhe”.

Encontrei funcionalidade no meu trabalho junto ao Memorial da ASP, no Satélite Prontidão [...]. Tomei frente no trabalho sobre História e Memória no clube. Com um conjunto de Oficinas em temas e técnicas ligadas à Memória negra, planejamos preencher o calendário de 2022 com eventos, palestras, encontros de debates e outras atividades. O que é urgente é pensar uma forma de tornar as discussões acumulativas e produtivas.

Uma das motivações para as Oficinas é o esvaziamento do grupo de trabalho do Memorial da ASP. O risco que o projeto acabe fez a profa. Karla Alves, coordenadora, aceitar a proposta. Além disso, o desejo de um grupo de estudos é antigo. As Oficinas tendem a se tornar uma plataforma que agregue outras atividades do Satélite Prontidão.

[Registrado no caderno de campo em 08 de Abril de 2022]

Finalmente chegou o dia das Oficinas de História e Memória negra no Satélite Prontidão. Com algumas dificuldades, mas obedecendo o cronograma, começaremos amanhã um itinerário ambicioso de estudos. O objetivo é pensar a Teoria da História e Memória negra em conjunto, de modo simétrico. [...]

Em reunião com Pedro Silveira, no dia 10 de maio de 2022, ficou decidido que as Oficinas se tornariam meu trabalho de conclusão [do bacharelado em História pela UFRGS]. Isso significa que se tornarão um produto. Ao fim, esse produto deve ser apresentado como um empreendimento de teoria simétrica.

Alguns procedimentos precisam ser repetidos. Este diário precisa ser mantido atualizado. Desse modo, garante-se material de análise etnográfica. Também precisamos registrar o desenvolvimento das Oficinas no que tange aos seus principais objetivos. Por fim, precisamos de materiais de “feedback”, como o trabalho final das oficinas e entrevistas com oficineiros e demais membros do Satélite Prontidão. [...]

Faremos anotações sobre os participantes na nossa preparação para o encontro. Contudo, indicamos um ganho e uma surpresa. Atingimos uma ótima diversidade nos inscritos, alcançando o número máximo de 15 participantes. Algo que não foi pensado foi o interesse de outros pesquisadores sobre Clubes Sociais Negros (CSNs) pelas Oficinas. Inclusive, há pessoas que vêm do interior do RS para participar.

Confesso a ansiedade e a insegurança que sinto agora. [...]

[Registrado no caderno de campo em 13 de Maio de 2022]

Os Clubes Sociais Negros são quilombos?

Começamos nossas *Oficinas* no dia 14 de maio. Lembro que a data foi discutida em reunião. Jane Mattos, parte da equipe do *Memorial da ASP*, destacou que a data era significativa. O dia depois do dia da liberdade formal. O primeiro mês seria dedicado a discutir a historicidade negra nos termos de Maria Beatriz Nascimento. Separamos alguns textos curtos. Começamos com a exibição do documentário *Orí* de Raquel Gerber com texto e narração de Beatriz Nascimento.

Durante aquela semana, o IFRS entrou em greve e não conseguimos as artes de divulgação. Queria adiar a abertura das atividades, mas Karla achou melhor que prosseguíssemos. Tivemos não mais que uma semana de divulgação e inscrições. Ainda assim, alcançamos o número máximo de 15 participantes, a maioria de pessoas negras, com formação superior em cursos como jornalismo, arquivologia e biblioteconomia. O grupo era bem variado, com alguns inscritos do interior do Estado. No dia da abertura, tivemos uma péssima surpresa: apenas três pessoas inscritas compareceram. Eram elas Cássio, Sônia e Letícia. Os dois primeiros permaneceram no projeto até o final, fizeram ótimos trabalhos a partir das *Oficinas* e nos ajudaram muito ao longo do ano. De todo modo, as anotações no caderno de campo me lembram quão preocupado estava com um começo tão desanimador.

Além desses, um conselheiro e uma conselheira do clube assistiram parte da atividade. Karla abriu os trabalhos e apresentamos a proposta das *Oficinas*. Registrei minhas impressões de sua fala:

A profa. Karla Alves iniciou o encontro contextualizando a situação atual do clube. Sua fala, íntima, muito por conta da longa estadia na ASP, tornou todo o empreendimento algo sensível. Notei também que o tempo de reflexão que tivemos juntos, como na última entrevista que realizamos, ajudou a formular a problemática: o que é o Satélite Prontidão hoje? E o que ele será no futuro?

[Registrado no caderno de campo em 18 de Maio de 2022]

Figura 2 - Registro do 1ª encontro das Oficinas de História e Memória



Fonte: Do Autor

Após assistirmos o filme, perguntei aos presentes: “pode o Satélite Prontidão ser quilombo?”. Beatriz Nascimento trabalhou a continuidade histórica, queríamos saber se encontraríamos quilombo na história da ASP. Seria possível organizarmos o *Memorial da ASP* seguindo essa historicidade?

O encontro seguinte, no dia 28 de junho, aconteceu pela plataforma do Google Meet. Contamos com a colaboração da mestrandia em História pela UFRGS Alessandra Santos e Silva, pesquisadora da obra de Beatriz Nascimento. Na plataforma digital, tivemos mais presenças, principalmente das pessoas inscritas que não residiam em Porto Alegre. Entre eles, um senhor que trabalha com CSNs na fronteira oeste do Estado. Me lembro que estava preocupado com o horário e quase saltei as apresentações. Alessandra fez questão desse momento.

O que parecia mera formalidade se tornou um passo crucial para as articulações de memória e alianças na narração da história. Nunca mais devo ignorar as apresentações, as falas de cada um sobre si. Deve haver tempo e método para tudo!

[Registrado no caderno de campo em 30 de Maio de 2022]

Após a apresentação de Alessandra, voltamos a questionar a ideia de quilombo em Beatriz Nascimento. Karla questionou a pertinência do território para os quilombolas, enquanto que os CSNs muitas vezes circulam, mudam de sede, como no caso da ASP. Alessandra disse que a própria Beatriz combateu essa redução do quilombo. Para a pensadora, o quilombo é mais amplo, é o que dá a explicação da continuidade e sua relação com a localidade.

Mesmo que virtual, o segundo encontro me animou. Registrei palavras positivas no caderno de campo, imaginando que o projeto pudesse ser ampliado para um fórum entre Clubes Sociais Negros, talvez englobar o movimento clubista nessas reflexões.

Figura 3 – registro do 2ª encontro das Oficinas de História e Memória



Fonte: Do autor

Durante os meses que ajudei a coordenar as *Oficinas de História e Memória Negra* na Associação Satélite Prontidão (ASP), me desdobrei em dois problemas: por um lado, me questionava de que modo a Teoria da História poderia ocupar uma posição nos problemas enfrentados pelo clube e no *Memorial da ASP*; por outro, pensava o caminho inverso, nas transformações práticas e epistemológicas que questões próprias à localidade da ASP deveriam provocar. Esse é um trabalho de Teoria e os movimentos construídos aqui fluem nesses sentidos antagônicos: à corporação acadêmica, propondo um universo de questões e uma atitude diante do mundo histórico²¹; também, aos Clubes Sociais Negros (CSNs), e demais associações negras, considerando um trabalho com a historicidade e seus benefícios na orientação²². Busca-se um terceiro espaço, que talvez devamos chamar de *entre-lugar* ou apenas de *Relação*. Quem sabe, uma consideração teórica ao que se apresenta na vida acadêmica por extensão universitária.

O trabalho etnográfico me permite dar inteligibilidade para as relações sem com isso suprimi-las por quadros abstratos pré-moldados. Essa é a principal dificuldade enfrentada no percurso desse estudo e das Oficinas, que no *Memorial da ASP* tentamos sintetizar na questão da autonomia: o que fazer para garantir a autonomia epistemológica das associações negras na produção de historicidade? No âmbito da Teoria, decidi distanciar essa problemática daquela chamada por Valdeci Araújo de *analítica da historicidade*²³, nomeada método próprio da História da Historiografia uma vez entendida como subdisciplina²⁴. Não desconsidero a cautela de Araújo ao afirmar que “[...] as condições que prefiguram a escrita da história não são apenas condições

²¹ Isto é, dos usos políticos do passado, das escritas e narrativas da história, das problemáticas da memória, das reflexões epistemológicas, da abertura da historicidade.

²² Na localização e avaliação diante das flutuações aceleradas do tempo e espaço contemporâneos.

²³ ARAUJO, Valdeci Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 12, p. 34–44, 2013. Identifico esse mesmo procedimento analítico como ação prévia à curadoria histórica proposta por Araújo anos depois. Meu trabalho aqui pode ser pensado como uma aproximação a sua ideia de curadoria apenas mediante o deslocamento da sua base heideggeriana. Ver ARAUJO, Valdeci Lopes. O Direito à História: O(A) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Orgs.). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

²⁴ Uma discussão crucial na ideia de historicidade apresentada por Valdeci Araújo a partir de *Ser e Tempo* de Martin Heidegger é a filiação nazista do filósofo alemão, que se tornou ainda mais séria com a publicação dos seus *Black Notebooks*. A substituição de *Dasein* por “homem” no texto de Araújo torna-se ainda mais complicada de ser levada adiante com a discussão que faremos aqui sobre a desumanização racial. Pode-se verificar a gravidade dessas associações no que tem sido chamado de “racismo metafísico” de Heidegger e sua relação com a extrema direita. GILROY, Paul. **Between Camps: nations, cultures and the allure of race**. London, UK: Penguin Books, 2001, p. 68-76; BEINER, R. Reading Heidegger in an Age of Resurgent Fascism In: _____. **Dangerous minds: Nietzsche, Heidegger, and the return of the far right**. Philadelphia: PENN, University of Pennsylvania Press, 2018.

historiográficas, mas são também ontológico-existenciais”²⁵, além das valiosas aberturas proporcionadas por essa prerrogativa. Pelo contrário, quero estender seu trabalho teórico ao demonstrar que essa prerrogativa faz o oposto do que se pretende quando desconsidera que escrever a história não é uma necessidade, muito menos um artifício moral ou politicamente valioso, em situações em que o humanismo europeu não é consensualmente disponível. Esse estranhamento destrutivo com os objetos produzidos pela própria ciência histórica, ao meu ver, deve tender a mais do que o reconhecimento da temporalidade como modo de ser próprio ao humano. Deve também atentar às situações em que esse humano se impõe, nas quais é um dever ontoepistemológico²⁶ - uma prisão humanista - e é, primeiro, externo ao indivíduo e anterior à sua subjetivação.

Ao invés de uma analítica, pensei minha posição nos termos de uma poética da historicidade²⁷ que defende que a Teoria se oriente por um “novo humanismo”, possível apenas quando o alicerce humano moderno e sua temporalidade engessada for devidamente deslocada por atos profanos. Esse tipo de trabalho é familiar a quem se utiliza da teoria em espaços marginais, onde a desumanização é um processo sistemático e garante a própria vida das instituições modernas, como é o caso da universidade. É isso que uma vasta bibliografia e tradições teóricas na filosofia da diáspora africana vêm demonstrando e trabalhando. Esse campo trabalha formas dialógicas e transformações epistemológicas importantes e compôs a bibliografia das *Oficinas de História e Memória*. A bibliografia foi incorporada aos encontros, discussões e desenvolvimentos particulares dos participantes e trouxeram contribuições que informam boa parte do meu trabalho. O primeiro passo nesse percurso foi quebrar com a pressuposição que as pessoas são problemas e introduzir o valor da Relação.

²⁵ ARAÚJO, op. Cit., 2013, p. 41.

²⁶ Denise Ferreira da Silva tem popularizado o debate sobre essa clausura da ontoepistemologia moderna, a qual recorro aqui, embora ela provavelmente discorde dos rumos desse trabalho. Ver SILVA, Denise Ferreira da. **Toward a global idea of race**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

²⁷ Até o fim deste trabalho, quero complementar a poética com uma técnica, a fim de assegurar a exteriorização das práticas culturais negras modernas. Também será um modo de nos afastarmos metodologicamente de uma tradição centrada no estudo do discurso-saber como uma “poética do saber”, como é o caso de Jacques Rancière, ver RANCIÈRE, J. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Pensar uma tecnopoética é também um desdobramento que fazemos do trabalho de Édouard Glissant.

A sociogenia e as pessoas-problemas

Frantz Fanon e sua teorização combativa na realidade colonial martinicana e argelina são exemplos do fundo crítico que exploramos. Paul Gilroy chamou o humanismo fanoniano²⁸ de uma “busca por um modo alternativo de ser no mundo”²⁹. Sua condição de marginalidade é um espaço radical de abertura, além de um lugar de sobrevivência para quem enfrenta a segregação e deseja que a Teoria responda à vida. Isso é evidente quando bell hooks diz que “nosso viver depende da capacidade de conceituar alternativas, muitas vezes improvisadas”³⁰. Ao contrário do que os jargões acadêmicos querem acreditar, a poética que trabalhamos não é “emergente”. Ela possui uma tradição, que é transmitida pelas brechas dos sistemas fechados de conhecimento e que se apresenta como alternativa a ser rigorosamente estudada, aprendida e mobilizada. Outra maneira de dizer isso, e de retornar às discordâncias anteriores, é afirmar uma não-contradição: uma analítica da historicidade é apenas um primeiro ato metodológico. Resta saber o que fazer no espaço de abertura criado, quando encontramos a diferença imanente ao próprio nome História, principalmente pelas vozes dissonantes que o povoam.

As teorias pós-coloniais e decoloniais vêm pautando o problema da subalternização do conhecimento há muito tempo, sempre coetânea à subjugação material. Em resposta, diversos campos das humanidades têm construído *entre-lugares*, com destaque para a antropologia³¹. A Teoria da História procura seguir caminhos semelhantes, incorporando histórias intelectuais

²⁸ Por um humanismo, entende-se o discurso iluminista moderno sobre os estados de liberdade e igualdade entre os humanos. Para Gilroy, os africanos escravizados produziram ao longo de todo período moderno releituras para esse discurso, o que ele chama de “novo humanismo”. Novo humanismo é o horizonte utópico nascido no bojo do Atlântico negro e que orienta sua temporalidade futurista.

²⁹ “[...] the humanism these thinkers found and defended came not from a wilfully innocent account of some sacred, intersubjective encounter with Otherness, but from profane acts in which the cruelty done by one to another disclosed the urgent obligation to seek an alternative way of being in the world”. GILROY, Paul. Fanon and Améry. **Theory, Culture & Society**, v. 27, n. 7–8, p. 16–32, 2010, p. 26. Minha filiação à filosofia política da diáspora africana é mediada e aberta por Paul Gilroy, sobre quem já escrevi em algumas oportunidades. Ver GONZAGA, Gabriel. **A Imaginação Histórica de Paul Gilroy**: Formas narrativas e performances textuais de uma tradição diaspórica. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

³⁰ hooks, bell. A margem como um espaço de abertura radical. In: _____. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019, p. 287.

³¹ Penso aqui no *Encontro de Saberes*, programa capitaneado pela Universidade de Brasília e que se estendeu por diversas universidades brasileiras na forma de uma disciplina eletiva. Avaliando essa experiência, o antropólogo José Jorge Carvalho destaca que, diferente da objetividade científica, “[...] o saber é sempre da ordem do sujeito, é resultado do encontro entre sujeitos”, o que deriva da simetria metodológica do programa. CARVALHO, José J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades. In: BEZADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p.99.

divergentes, críticas indisciplinadas ao cânone e diálogos com os chamados “públicos da História”. Contudo, um terceiro espaço, não apenas de diálogo mas principalmente de trabalho, ainda não foi projetado. Possivelmente mais do que as outras disciplinas das humanidades, a História ainda busca re-atribuir – e não distribuir – legitimidade ao seu nome. Isso decorre de uma dificuldade autopoietica da historiografia – quero dizer, seu objeto (o passado histórico) depende da socialização institucionalizada da imaginação histórica. Essa *aporia*³² a respeito da diferença histórica já foi colocada seguidas vezes, em diferentes escolas históricas, a exemplo dos trabalhos dos historiadores indianos Dipesh Chakrabarty e Sanjay Seth³³. Seth enunciou esse problema de fundo: a história é um código incapaz de codificar passados não-ocidentais³⁴.

A filiação genética do historicismo³⁵ com o espaço-tempo do Estado-nação, sem a qual (ainda não sabemos se) a historiografia funciona, faz com que o trabalho da analítica da historicidade esteja sempre entre seu sujeito fundante, o Estado moderno burguês de Direito, e seu não-reconhecido que deve ser incorporado como um cidadão como os outros. O Estado democrático, em sua versão multicultural, reconhece a diferença essencializada no Outro³⁶, o que transforma o pensamento nas humanidades em uma máquina de produção de diferença. Isso é didático em um relato de bell hooks sobre sua experiência na academia:

Não tenho como dizer que minha fala foi ouvida de maneira a alterar as relações entre colonizador e colonizado. No entanto, o que tenho notado é que esses acadêmicos, especialmente os que se autodenominam pensadores críticos radicais, dentre os quais as pensadoras feministas, agora participam plenamente da construção de um discurso sobre o “Outro”. *Fui transformada em um “Outro” naquele espaço com eles. Naquele espaço nas margens, naquele mundo*

³² Por *aporia*, compreendo uma figura de linguagem que encena hesitação diante de uma problemática sem solução.

³³ Os estudos subalternos indianos são propulsores da crítica à colonialidade, inclusive na História Social. Meu trabalho não é uma revisão crítica dessa bibliografia, ainda que eu me filie aos saltos epistêmicos propagados por esses discursos teóricos. Ver CHAKRABARTY, Dipesh. **Al Margem de Europa: pensamento pós-colonial y diferencia histórica**. Barcelona: Tusquets Editores, 2008; SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, n. 11, p. 173–189, 2013.

³⁴ SETH, op. cit., 2013, p. 175.

³⁵ Historicismo é, antes de tudo, uma crença na qual todo evento histórico deve ser explicada mediante um processo de transformação linear e causal. Com isso, o historicismo costuma reintroduzir o espaço-tempo nacional (e racional).

³⁶ O historiador argentino Mario Ruffinelli apontou essa situação própria à nação pós-colonial, a de precisar estender sua linguagem soberana para sujeitos que, anteriormente, não eram contemplados pela gramática do Direito. Essas pessoas eram vistas como “pessoas-problemas”. Irei debater esse tema adiante com a ajuda de Lewis Gordon. Ver RUFFINELLI, Mario. Nación y Condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. In: BIDASECA, Karina Andrea (org.). **Genealogías Críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**. Buenos Aires: CLACSO; IDAES, 2016, p. 275-296; e GORDON, L. Antropologia filosófica, raça e economia política da privação do direito. In: BEZADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, op. cit., 2019.

*segregado vivido no meu passado e no meu presente. Eles não me conheceram naquele espaço.*³⁷

A percepção de hooks de que não é em seu lugar marginal que sua outridade se encontra me leva a questionar o que significa essa localidade. Mais que isso, admitir que não existe um aparato para a Teoria da História que se preocupe com o local. O que uma analítica da historicidade abre em seu trabalho é um diálogo com essa localidade-marginal, ainda que não saibamos o que fazer dela. Em meu trabalho na ASP, parto de uma abertura analítica para a construção poética de um entre-lugar, que se torna um espaço de tradução, diálogo e relação.

Alguns trabalhos teóricos já possibilitaram pensar a diferença histórica pela ótica perspectivista³⁸. Esse é o caso do “lugar epistêmico” defendido por Ana Carolina Barbosa Pereira³⁹ e do relativismo cultural de alguns historiadores⁴⁰. Os dois movimentos, centrípeto e centrífugo, têm sido experimentados. Entretanto, sem saber o que fazer com sua herança disciplinar, as respostas teóricas pautam a restituição da historicidade (do Direito e da Humanidade), além da disciplina, garantida por um humanismo antropocêntrico. Estamos muito longe da diferença radical, da futuridade e da fragmentação com a qual me comprometo.

Meu trabalho no grupo do *Memorial da ASP* se distancia dessas garantias formais por conta da impossibilidade de diferenciação na disciplina. Meu argumento é que essa impossibilidade se dá por um apego a um pensamento sistêmico que encontra na diferença um sinal de falta. A História encontra seu Outro apenas como “histórico”, ou “ainda não histórico”, e não pela reconstituição própria do sentido de ser histórico⁴¹. O historiador argentino Mario Rufer chamou essa arquitetura de “tempo panóptico”: enquanto uns possuem História, outros possuem apenas

³⁷ HOOKS, op. cit., 2019, p. 292. Destaque nosso.

³⁸ O trabalho da historiadora Ana Carolina B. Pereira se inspira no multinaturalismo do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro para quebrar com a pressuposição ontológica da temporalidade. Ver PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. **Na transversal do Tempo: Natureza e Cultura à prova da História**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013.

³⁹ PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, p. 88–114, 2018.

⁴⁰ DOS SANTOS, Pedro; NICODEMO, Thiago; PEREIRA, Matheus. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 60, p. 161–186, 2017; NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tláloc. In: ÁVILA, Arthur; TURIN, Rodrigo; NICOLAZZI, Fernando (Orgs.). **A História (In)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. 1. ed. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 211–243.

⁴¹ Essa reconstituição seria o passo seguinte da analítica. Esse complemento é a resposta fácil para quem defende a (re)produção da historicidade e as teorias do ser histórico. Não quero me comprometer com esse viés, embora esteja explorando essa crítica. Uma poética, ao contrário, é dada à Relação e não às compreensões do tempo e do espaço. A historicidade é, sobretudo, opacidade.

cultura⁴². Ao fazer isso, as melhores intenções da Teoria produzem “pessoas-problemas”, retomando o texto colonial civilizacional – a História age em nome do Direito, da Cidadania e da Democracia.

A questão do pensador afro-americano W. E. B. Du Bois – como é ser um problema? – revela o que ele chamou de “véu da cor”, que lhe produzia uma sensação estranha, uma “dupla consciência”, “[...] essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade”⁴³. A dupla consciência de Du Bois fomentou uma hermenêutica para a racionalidade diaspórica, bem explorada por Paul Gilroy e Achille Mbembe⁴⁴. Esse giro hermenêutico, assim descrito pelo filósofo afro-americano Lewis Gordon, passa pelo imperativo de adentrar o campo ético, do reconhecimento, sem com isso tornar-se patologizado como efeito e causa do problema. Para Gordon, o que a duplicidade de Du Bois desvela, de fato, é o “fechamento epistemológico” provocado pelo racismo. Uma “pessoa-problema”, aos olhos do pensamento racializado, jamais consegue se afastar da experiência do seu grupo social: “em efeito, não há distinção entre ele e seu grupo social, o que torna o indivíduo uma representação essencial de todo o grupo”⁴⁵. Ou seja, toda pessoa negra, cultura negra, espaços negros, *Clubes Sociais Negros*, passam a ser proprietários de um “problema negro”. Pelo fechamento racial epistemológico, não é possível encontrar outra coisa senão um problema ou uma vítima. Não seria possível construirmos um diálogo horizontal.

Algo semelhante é dito pela intelectual feminista afro-caribenha Sylvia Wynter ao afirmar que a atual ordem de conhecimento sustenta os regimes de exceção racial ao cooperar com a produção do humano numa perspectiva exclusivista, derivada das crenças reducionistas em que, independente do seu meio cultural, o gênero humano é uno e indivisível, respondendo sempre a

⁴²RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, vol. 14, n. 28, 2010, p. 11-31.

⁴³ DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra**. Porto Alegre: Lacerda, 1999, p. 54.

⁴⁴ GILROY, Paul. **The Black Atlantic: modernity and Double Consciousness**. London; New York: Verso, 1993; MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014. A redução dessa hermenêutica no mundo anglófono e francófono tem sido tema de debate e teoria no Brasil, ver por exemplo BEZADINO-COSTA, João. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, v. 3, n. 1, p. 119–134, 2018.

⁴⁵“In effect, there is no distinction between him and his social role, which makes the individual an essential representative of the entire group”. Tradução nossa. GORDON, Lewis R. What Does It Means To Be a Problem? W. E. B. Du Bois on the Study of Black Folk. In: **Existência Africana: understanding Africana existential thought**. New York and London: Routledge, 2002, p. 89.

regimes de necessidade de reprodução material (o que Wynter atribui à vitória da economia sobre as demais humanidades) e de uma adaptação bioevolutiva de explicação teleológica⁴⁶. A crítica ao humanismo antropocêntrico é uma constante na filosofia da diáspora africana, dividindo-se entre os/as defensores/as de um novo humanismo e os/as de um niilismo, uma saída da modernidade. Essas posições são geralmente distinguidas entre otimistas e pessimistas. Nelas, contudo, o conhecimento, diz Gordon, é produzido em *segunda pessoa*⁴⁷.

Argumento que a mudança mais significativa aqui é a saída de uma clausura para uma noção de *localidade*: o que Frantz Fanon e, depois dele, Sylvia Wynter chamaram de *sociogenia*. Gordon encontra a sociogenia presente em Du Bois e sua preocupação com a produção do mundo social, e não necessariamente com a sociedade: “o mundo social media o filogenético e o ontogenético e apresenta, através da complexidade da vida real – a vida baseada em intenções, ações e a contínua realização de relações intersubjetivas – um mundo de agência, deliberação e contingência”⁴⁸. Com esse artifício, Du Bois teria conseguido desfamiliarizar o discurso racial estadunidense.

Frantz Fanon, nesse sentido, propõe que toda alienação psíquica do indivíduo negro é, em verdade, consequência de uma situação colonial⁴⁹. A sociogenia de Fanon busca desprender a psicanálise da dimensão individual e compreender a formação do complexo epidérmico no qual a realidade racial é produzida. Fanon se preocupa mais com os aparatos de produção do social – as instituições e bens culturais – e não tanto com sua descrição. Wynter, em outro ensaio impactante, desenvolve o princípio sociogenético, engajando-se com a neurociência, a fim de compreender como toda concepção de humano é mediada pela cultura. Não é tanto que a cultura expresse um humano estável e natural, mas sim que toda cultura, através de seus próprios ritos e artefatos, produzem uma experiência singular compreendida como “humana”⁵⁰. Essa “realidade humana” se exterioriza e se objetiva, rompendo com um mero relativismo culturalista.

⁴⁶ WYNTER, S. Nenhum humano envolvido: carta aberta aos colegas. In: BARZAGHI, Clara; PARTENIANI, Stella Z.; ARIAS, André (Orgs.). **Pensamento Negro Radical**: antologia de ensaios. São Paulo: N-1 edições, 2021.

⁴⁷ GORDON, op. cit., 2002, p. 80.

⁴⁸ “The social world mediates the phylogenetic and the ontogenic and presents, through the complexity of social life - life premised upon intentions, actions and the ongoing achievement of intersubjective relations - a world of agency, deliberation, and contingency”. Tradução nossa. Ibid., p. 70.

⁴⁹ FANON, op. cit., 2020.

⁵⁰ WYNTER, Sylvia. Towards the Sociogenic Principle: Fanon, The Puzzle of Conscious Experience of “Identity” and What it’s Like to be “Black. Manuscript, 1999.

Poderíamos nos enveredar pela obra de intelectuais negros brasileiros, a exemplo de Guerreiro Ramos e Maria Beatriz Nascimento, para encontrarmos a mesma insistência no “negro-vida”, e não no “negro-tema”. Esse conhecimento é metodologicamente produzido entre uma primeira pessoa – um Eu – que encontra um conhecimento sobre si em terceira pessoa. É a esse processo dialético que Gilroy chamou de “consciência diaspórica”⁵¹. Uma analítica não pode tender à segunda pessoa porque depende da descrição e compreensão de regimes de transparência. Para apreender a sociogênese, nos damos com a Relação, buscando auxílio em Édouard Glissant, desenhando assim um antagonismo entre analítica e poética.

Da analítica à poética da Relação

É minha decisão sair da analítica e do pensamento de sistema. Entendo que a analítica mantém a compreensão sistêmica ao tomar a historicidade por transparência. Para mostrar a saída propiciada pela poética, recortei alguns comentários de Glissant sobre a História. Glissant corrobora com alguns dos nossos argumentos, o de que a História não pode codificar passados não ocidentais. Isso porque ela é produto de um mito fundante que, em seguida, se oculta nos bastidores do seu próprio funcionamento:

No caminho que leva a História, o mito fundador será acompanhado, depois ocultado, e, em seguida, substituído. Primeiramente, pelos mitos de elucidação, de explicação ou de estabelecimento de perspectiva dos processos sociais e das condições circunvizinhas de uma comunidade; em seguida, pelos contos e narrativas que prefiguram a História; e, enfim, pelos romances, poemas e textos de reflexão que dizem, cantam e meditam sobre a comunidade.⁵²

Assim, a História é produzida pelo enraizamento e territorialização do *ser*, ela é um projeto que corrobora com as teorias de filiação, parentesco e gênese – quando o drama deve ser explicado pelo seu começo. É preciso atentar para a relação entre a História com a fixação de tempo e espaço – o pensamento científico produzindo espaço-tempo. Essa fixidez é resultado de uma violência original que se oculta do próprio mito.

Para Glissant, nesse entre meio, espaço e tempo precisam ser infinitos, do contrário não é possível imaginar contingências e continuidades, suas relações de causa e efeito e seus processos de transformação: “o infinito do espaço-tempo mantém o curso da história, que de outra forma

⁵¹ GILROY, op. cit., 1993.

⁵² GLISSANT, Édouard. **Introdução à Poética da Diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 75.

seria para nós apenas platitude de um objeto finito, privado de passado ou de eco, em que o mistério da violência não teria mais importância, nem interesse, e do qual a esperança seria excluída”⁵³. Qualquer pensamento de fim desse conjunto recai na escatologia, na força destruidora de um Deus. A História garante permanência e substância, [com licença para alterar substancialmente essa passagem do autor], podemos dizer que nela o “ser é repouso, uma violência que se detêm, em um procedimento cujo sendo é o único acontecimento”⁵⁴. Glissant demonstra a problemática ética evitada pela Historiografia, que ignora essa violência fundante e constituinte da própria historicidade.

Glissant estava convicto de que o pensamento científico não podia mais lidar com o real. Seus tratados e, como ele mesmo dizia, repetições, se esforçavam para chegar próximo a esse entendimento. Não se trata de uma epistemologia ou uma ontologia – a primeira associada à ciência, a segunda às teorias do ser. Para o autor, a Relação desontologizou o mundo e colocou diversos desafios às teorias do *ser*. Seu evento primordial – que não se oculta, mas permanece ecoando e afetando as culturas e povos (aquilo que o autor chama de *ecos-mundo*) – é o encontro e a resultante abertura da Europa e seus sistemas de pensamento ao Outro⁵⁵.

A plantação escravista é, em suas palavras, um dos “ventres do mundo”⁵⁶. As relações que se formaram e a presença dessas culturas afetaram a modernidade. Descentralizaram a Europa do seu ímpeto de medida de todas as coisas. O pensamento de sistema, de medida, de ordem, gênese e estabilidade é atribuído ao pensamento analítico. A poética, ao contrário, coloca em jogo a desmedida e a imprevisibilidade provocada pela Relação. Esses conjuntos sistêmicos diante das relações com os Outros são instados a produzir outras coisas: “o pensamento analítico é convidado a construir conjuntos, cujas variações solidárias reconstituem a totalidade do jogo. Esses conjuntos não são modelos, mas reveladores ecos-mundo”⁵⁷. Ou, correndo o risco de tornar esse antagonismo maior do que Glissant se pretendeu, diremos que “a ciência transforma suas linguagens, a poesia

⁵³ Idem. **O pensamento do tremor**. La cohée du lamentin. Juiz de Fora: Gallimard/ Editora UFJF, 2014, p. 222.

⁵⁴ Ibid., o, 223.

⁵⁵ Caminho com certa hesitação com as palavras do autor uma vez que ele não parece distribuir valor para o conjunto de fenômenos que resultaram disso, entre as quais a plantação e a escravização dos povos africanos. Seu esforço poético é desordenar os conjuntos de pensamento, entre estes o moral.

⁵⁶ GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 104.

⁵⁷ Ibid., p. 120.

inventa suas línguas”⁵⁸. A poética e a analítica não se subtraem e nem precisam se encontrar. Mas nós seguimos argumentando a insuficiência de uma analítica da historicidade.

Para pensar a Relação, Glissant desenha pares antagônico: a raiz *versus* o rizoma; o pensamento continental *versus* o pensamento arquipélago; a prova *versus* o rastro; a transparência *versus* a opacidade; o ser *versus* o sendo. A poética cunhada na Relação estabelece um mundo instável e imprevisível. Ela “[...] presente, supõe, inaugura, reúne, espalha, continua e transforma o pensamento desses elementos, dessas formas e desse movimento”⁵⁹. Quero destacar os três últimos pares para afirmar que toda a historicidade é uma posição na Relação. Para tanto, é preciso primeiro não se deixar diluir nela. Por conta disso, não basta um direito à identidade, mas à opacidade, ou seja, a impossibilidade de tornar-se um problema para um sistema de pensamento, de explicação e de prova. O pensamento continental ocidental, segundo o autor, define a relação entre os seres pela compreensão mútua, o que ocorre apenas pela sua redução. Compreender depende de uma transparência; porém, só pode haver relação se a opacidade for garantida, do contrário, a imprevisibilidade do seu movimento e a diferenciação estariam ameaçadas. Precisaremos do recurso de citações extensas para avançar nessa questão.

“Do que diz respeito à minha identidade cuido eu”, diz Glissant, situando esse gesto enquanto opaco, nem essência nem amálgama.

Não apenas consentir com o direito à diferença, mas, antes, com o direito à opacidade, que não o encerramento em uma autarquia impenetrável, e sim a subsistência em uma singularidade não redutível. Opacidades podem coexistir, confluir, tramando tecidos cuja verdadeira compreensão estaria na textura dessa trama, e não na natureza dos componentes.⁶⁰

A Relação é um risco do qual a opacidade ajuda a reduzir efeitos. A relação entre as opacidades constituem uma trama sobre a qual toda moral e ética podem ser assentadas: “não preciso ‘compreendê-lo’ para me solidarizar com ele, para construir com ele, para amar o que ele faz”⁶¹. O compreender é deixado de lado pelo *dar-com*, o conhecimento que não estabiliza ou fixa, mas engaja com o movimento. Para Glissant, a opacidade pode ser garantida pelas “etnotécnicas”, modos próprios das culturas de fabricar a si mesmas. Seu principal exemplo é a língua.

⁵⁸ Ibid., p. 113.

⁵⁹ Ibid., p. 123.

⁶⁰ Ibid., 220.

⁶¹ Ibid., 223.

Ainda não é o momento de categorizarmos quais componentes da cultura podem ser chamados de “etnotécnicas”. Para isso, precisaremos avançar no trabalho poético ao qual estamos nos propondo. A premissa da opacidade e a abdicação da compreensão revelam problemas sérios para a arquitetura do trabalho histórico. A analítica da historicidade pensa seu trabalho pela compreensão da emergência ou produção do tempo histórico – e não aquilo que é historiográfico, a explicação das transformações *no* tempo. Em outro sentido, a poética *dá-com*⁶² a temporalidade em extensão⁶³, não apenas adicionando o espaço nesse jogo mutável, mas a própria Relação – agora entendida como trama de relações entre opacidades. Desse modo, o que perturba o trabalho analítico heideggeriano é que apenas o *ser* teria a força de produção da temporalidade – a consciência histórica. É isso que faz a analítica afirmar que a escrita da história remete às condições ontológicas. A ontologia é o sistema de explicação do *ser*. A Relação pertence não ao *ser* mas ao *sendo*. Os seres imaginados pela filosofia grega e da qual sobrevive a analítica da historicidade devem ser perturbados pelas opacidades inexplicáveis e incompreensíveis que resultam em tramas imprevisíveis.

A rejeição ao *ser* por Glissant é enfática. Para o pensador martinicano, o *ser* é uma invenção da filosofia que desencadeou “absolutismos metafísicos” e fundamentalismos com efeitos catastróficos. Por isso, ele argumenta: “penso ser necessário afirmar que existe apenas o *sendo*, ou seja, existências particulares que se relacionam, que entram em conflito, e que é preciso abandonar a pretensão à definição do *ser*”⁶⁴. Esse abandono nos leva ao rizoma, à extensão e à introdução do espaço na historicidade. O *sendo* perturba a ideia de História, provoca a vertigem contra a qual as Filosofias da História procuraram por tanto tempo nos proteger. Ouçamos mais um extenso arremedo de Glissant sobre a situação do pensamento histórico:

O advento da história está hoje entrincheirado por trás de obscuros retornos, de aparentes reinícios através dos quais os povos e as comunidades que deram vida à ideia de História agitam suas incertezas. Isso porque confrontaram não apenas o outro, o diferente, mas também – algo ainda mais árduo – as turbulências da extensão. É preciso lembrar que a raiz única tem a pretensão de alcançar a profundidade, ao passo que a raiz rizoma se expande na extensão. Os espaços brancos dos mapas planetários estão agora entremeados de opacidade, e isso rompeu, para sempre, com o absoluto da História, que significava, primeiramente, projeto e projeção. A partir de então, em seu conceito mesmo, a História

⁶² Ou seja, não compreende, explica, organiza ou produz o tempo.

⁶³ Em direção às demais opacidades e possíveis histórias das localidades.

⁶⁴ GLISSANT, op. cit., 2005, p. 148.

se desfaz; e, ao mesmo tempo, ela rumina esses retornos da questão identitária, do nacional, do fundamental, ainda mais sectários porque tornados caducos.⁶⁵

As “turbulências da extensão” é o que contém a Relação aberta pelo Outro no mundo continental. O fim da História rumina os absolutismos que outrora a sustentaram. Por isso, prestemos atenção: não há Relação se não houver opacidade. A compreensão fixa o Outro em um pensamento sistemático e não permite a diferenciação. Apenas opaco à análise o Outro pode seguir *sendo*. A poética da historicidade deve, portanto, se voltar a essa opacidade. A historicidade não é força produtora do tempo histórico mas uma posição na trama da Relação.

A poética se dobra à construção da trama. O último ponto importante para essa proposta é o antagonismo entre prova e rastro. O pensamento de rastro (ou resíduo) proposto por Glissant tenta contrapor os regimes de prova e projeção da História. Esse é um ponto crucial para lidar com o arquivo, suas produções de silêncio, sem nos reduzirmos à verdade histórica. Quero destacar que o *rastro* favorece uma imaginação que não se mantém presa aos silenciamentos do poder histórico. Se uma analítica é importante na suspensão da disciplina e no desvelamento dos silêncios, a poética da historicidade segue o rastro em busca da “profetização” do passado.

A diáspora africana, diz Glissant, transportou pelo oceano os rastros dos seus mundos. As culturas e as línguas guardam esses resíduos que foram por muito tempo explorados pelas humanidades sem, contudo, serem capazes da profecia advogada por Glissant. Os rastros revelam histórias ofuscadas, por muito tempo subsumidas aos regimes de prova da ciência. Seguir os rastros requer a profecia, não imaginações fincadas nos tropos da História. Glissant fala sobre esse passado, que é revelado como um sonho, uma *visão profética*, o que eu gostaria de compreender como um método: “o passado não deve somente ser recomposto de maneira objetiva (ou mesmo subjetiva) pelo historiador. Deve também ser sonhado de maneira profética, para as pessoas, comunidades e culturas cujo passado, justamente, foi ocultado”⁶⁶.

A profecia se apoia nos rastros e dá-se com a orientação na Relação, ajudando no desatar de mundos e construções da trama. A poética da historicidade partilha da Relação, sem a compreender, prever, desvelar ou fornecer qualquer modelo de consciência. O que imagino com Glissant é um trabalho que se dá com a *orientação*, que evita sínteses e gêneses, e coloca a trama

⁶⁵ Ibid., p. 82-83.

⁶⁶ Ibid., p. 102-103.

no meio termo entre esses dois incognoscíveis⁶⁷. Não é dessa poética a produção do tempo-espaço que se encontra na Relação. A poética dá-se com a extensão rizomática nas quais as opacidades se espalham em escala planetária. O que cabe à historicidade é a opacidade, a localização e explorar os rastros para traçar caminhos. Para isso, temos o método da profecia do passado que auxilia a pergunta sobre o futuro, que evita o desejo de querer parar o movimento incessante do mundo.

Agora que respondemos à analítica da historicidade, que colocamos suas limitações e falhas, as razões da sua vertigem, podemos deixar essa posição contemplativa, de quem observa inerte a trama. Todos estamos entranhados nos mundos criados pela Relação, mundos inextrincáveis, que pensadores e pensadoras tanto fizeram para dizer. Quero pensar o trabalho nas *Oficinas* tomando o suporte da *sociogenia*, da *Relação* e dessa tradição diaspórica estabelecendo uma prerrogativa que quebra a produção de pessoas-problemas e assim proceder a uma abertura epistemológica. Esse procedimento é necessário para a fundação na ASP de um entre-lugar, de um espaço em que seja possível defender a autonomia da historicidade negra. Não uma atomização da realidade do clube em si, mas da expressão da realidade social que se encontra no interior da cultura.

Para tanto, tomarei dois campos de avaliação: a História Pública e o debate sobre a História Indisciplinada. Quero demonstrar que, apesar de todos os ganhos proporcionados por esses debates, continua-se a reproduzir noções patologizantes de “pessoas-problemas” por permanecerem presas a categorias antropocêntricas, como é o caso da democracia e da noção de direito. É necessário introduzir nesses debates noções de localidade antes que se possa ascender a um conhecimento produzido em diálogo em um entre-lugar. Pensando em uma poética da historicidade, explorarei o trabalho do historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot⁶⁸, para quem a agência histórica significa tanto a ação concreta no processo histórico quanto o controle na imaginação histórica e nas narrativas produzidas sobre o evento.

É seguindo esse estudo que penso não tanto na dimensão de “autoridades compartilhadas” sobre a narrativa para trabalharmos a localidade, mas sim um trabalho anterior de organização

⁶⁷ GLISSANT, op. cit., 2014, p. 222-223.

⁶⁸ TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: o poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.

material do arquivo e das ferramentas hermenêuticas *no* lugar. Talvez seja na construção de espaços intermediários que poderemos avaliar as garantias à autonomia da historicidade.

O corte da luz na ASP e a opacidade dos Clubes Sociais Negros

No dia 10 de junho de 2022, soube do corte de energia no Satélite Prontidão. Havíamos realizado apenas dois encontros das *Oficinas* e surgia a necessidade de alterarmos o cronograma. A dívida da associação com o poder público fora o motivo. Sem dinheiro para pagar as contas, não teríamos luz. Isso me colocou em uma posição diferente do que aquela com a Universidade ou demais centros de pesquisa. Concluí que não poderia ocupar a instituição sem assumir uma responsabilidade com os problemas que colocam a vida do clube em risco. Nesse dia, registrei:

Essa semana recebi a notícia de que a luz da ASP foi cortada. Isso exige uma postura mais ativa na captação de recursos para o clube, principalmente para a continuação dos projetos do Memorial da ASP. Tendo isso em vista, irei concorrer, com a profa. Karla Alves, a um edital referente a incentivo em pesquisas. Me reuni com a professora para traçar estratégias nesse sentido.

[Registrado no caderno de campo em 10 de junho de 2022]

Realizamos nosso terceiro encontro pela plataforma do Google Meet. O quarto encontro, com a presença da pesquisadora em Clubes Sociais Negros, a professora da UFRGS Fernanda Oliveira, estava programado para acontecer no auditório da sede do clube. Não conseguimos religar a luz e por isso alteramos a data para a plataforma digital.

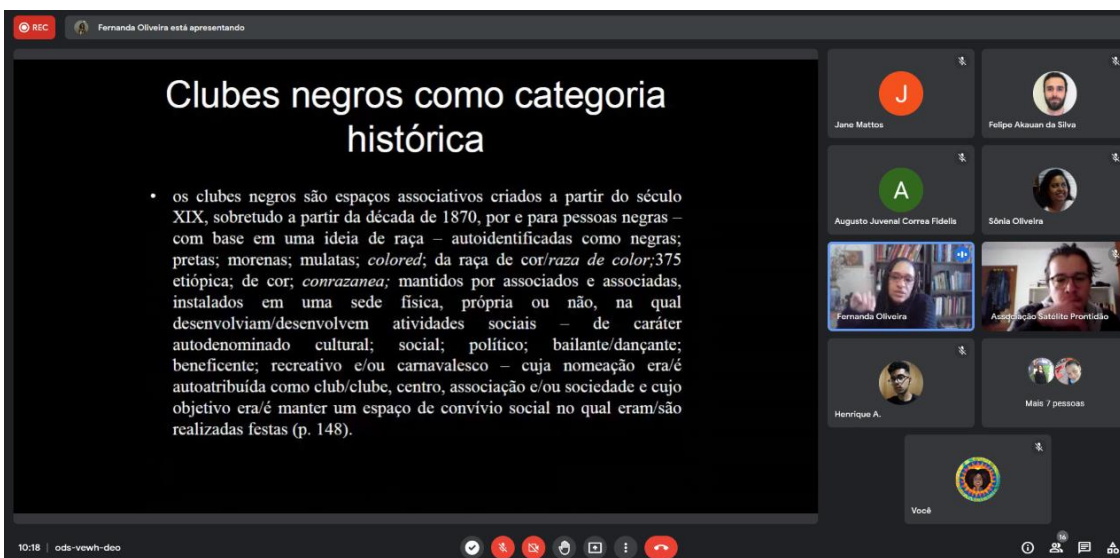
No dia 22 de junho, me encontrei com a profa. Fernanda para explicar qual era a proposta do projeto [com sua permissão, gravei a conversa]. Debatemos as definições de memória, história e política nos CSNs. Ainda um pouco atrapalhado, tentei lhe explicar a ideia de pensar a produção da historicidade nos clubes. A professora pontuou que deve-se tomar cuidado com as categorias estáticas sobre essas associações negras. Elas sempre vão além, sempre se movimentam, disse Fernanda, enfatizando que devemos pensar a partir do clube. “É o clube que vai te dizer o que ele tá fazendo, nós devemos encontrar as palavras que melhor se encaixam”. Fernanda reclamou que os clubes têm potência, que as pessoas associadas ocupam esses lugares e passam a olhar para o contexto em seu entorno. “Eles não querem se enquadrar, eles querem existir!”, disse a professora.

O encontro com a presença de Fernanda foi um dos mais frequentados. Divulgamos nas redes do Clube e cedemos o *link* de acesso a todo mundo que requisitou. Fernanda enfatizou a produção de contextos sociais a partir dos CSNs e uma metodologia que visa ocupar seu interior e pensar a realidade social a partir dele, como sua tese fez ao explorar o cotidiano espelhado nas atas das organizações que estudou. Fernanda nos alertou que não podemos generalizar os CSNs, cada um tende a se relacionar de modo diferente em seus contextos. A profa. Karla, nesse instante, entrevistou com uma questão sobre a redução da ASP à figura de Nilo Feijó. O ex-presidente do Satélite Prontidão foi uma grande personalidade da política negra gaúcha, contudo, Karla reclamou que em determinados momentos a comunidade prontista fica a sua sombra.

“Ocupar o clube é entendê-lo como produtor de contextos?”, perguntei. A professora respondeu que sim. Nesse momento, pensei que estávamos sem luz elétrica, sem a

possibilidade de efetivamente vivermos a ASP. É preciso considerar a opacidade dos CSNs, considerando-os não como aquilo que deve ser explicado, mas o que efetivamente explica, concede inteligibilidade para as relações sociogênicas. E, por causa disso, seu desaparecimento é uma perda para nossa riqueza de mundo e da nossa capacidade de diferenciar e movimentar o mundo. No entanto, ainda precisamos de estratégias, alianças e negociação com o Estado para pagar as contas dessa estrutura.

Figura 4 - registro do 4ª encontro das Oficinas de História e Memória



Fonte: Do autor

Figura 2 – registro do 4ª encontro das Oficinas de História e Memória



Fonte: Do Autor

Em julho, tentei aplicar para uma bolsa fora do Brasil e acabei perdendo a disciplina com as anotações do caderno de campo. Chegamos na metade do programa das Oficinas e acumulamos derrotas e algumas vitórias. Derrotas, eu digo, com o esvaziamento das reuniões das Oficinas. Conseguimos poucos adeptos ao trabalho planejado, em suma maioria, pessoas de fora de Porto Alegre, o que dificulta no trabalho concreto na ASP. Ainda há espaço para virarmos a situação e conseguirmos melhores frutos em termos de pessoas comprometidas com a ASP.

Fico feliz com as pessoas que estão participando. As Oficinas estão funcionando como um grupo de estudos em auxílio a pesquisadores/as, como a historiadora Jane, o antropólogo Cássio, a bibliotecária Sônia e a estudante de pedagogia Vanessa. Além deles, temos contato com Augusto, que trabalha em um clube negro no interior e Sônia, bibliotecária também fora da capital.

Principalmente, as Oficinas geraram contatos com a UFRGS e poderemos estabelecer parcerias e alianças, mantendo a prerrogativa da autonomia. Esperamos ansiosos pela reforma e inauguração do espaço físico do Memorial da ASP.

[Registrado no caderno de campo em 22 de julho de 2022]

História, público e inocência

A História Pública tem aparecido como um movimento não categórico e indisciplinado. Ela é uma arena de diálogo, experimentações, construções horizontais e ferramenta de intervenção de historiadores/as no “espaço público”. Em uma definição mais recente, o historiador Ricardo Santhiago, quem sigo em busca de uma definição conceitual, chama de “[...] plataforma de ação na qual diferentes sujeitos e diferentes saberes se encontram, se somam, se estranham, se conflitam, permitindo que uma história complexa, potente e diversa emergja, apenas para ser novamente colocada em questão, tantas vezes quanto necessário”⁶⁹. Partindo do interior de um Clube Social Negro, preciso repetir uma questão que transita por todo esse trabalho: a História Pública pode garantir a autonomia epistemológica da historicidade local?

A História Pública surgiu com esse nome no movimento estadunidense dos anos 70 que visava responder à crise do mercado de trabalho para historiadores/as. Contudo, em uma experiência anterior esteve ligada à Nova Esquerda britânica, nos anos 60, com as chamadas *History Workshops* (Oficinas de História) e o desejo de socializar a produção histórica⁷⁰. Segundo Santhiago, o movimento americano caminhou à especialização, ao pragmatismo e a uma absorção das demandas do mercado – a partir da atividade em museus e empresas de consultoria⁷¹. O caminho adotado no Brasil, desde o início do movimento em 2011, não formulou uma subdisciplina. Santhiago diz que a prática historiadora é originada em uma cultura e descreve a posição dos/as historiadores/as na cultura brasileira como periférica, embora privilegiada pelo que chama de “prática epistemologicamente democrática”, de perfil cosmopolita⁷². Rejeitando a uniformidade americana, Santhiago diz que são muitas as histórias públicas brasileiras. Elas não

⁶⁹ SANTHIAGO, R. Quantas perguntas mais? In: RODRIGUES, Rogério Rosa; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (Orgs.). **História pública em movimento**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021, p. 203.

⁷⁰ Apesar da associação com a “História vista de baixo”, a *History Workshop* foi contemporânea aos *Cultural Studies* (Estudos Culturais), capitaneados por Raymond Williams e Stuart Hall. Ambos os movimentos demonstram um desejo de romper com as fronteiras disciplinares que parece ainda não ter se resolvido. LEAL, Bruno. *History Workshop: a história próxima das massas*. Café História, 2018. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/history-workshop/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

⁷¹ SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 286–309, 2018.

⁷² SANTHIAGO, R. Pode se falar de uma história pública brasileira? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

são um fim em si mesmo, mas um meio⁷³. Essa ponte resulta no que o autor denomina de “diálogo polifônico” com a disciplina histórica, perspectivas teóricas variadas e com diferentes sujeitos.

Porém, a fragmentação da História Pública para Santhiago não engloba situações de desumanização. Ainda não encontramos situações em que a violência racial seja considerada na produção do público da História, nos modos de sua recepção e na tentativa de sua reconstrução. Cabe atentar à maneira que a história encontra o público. Para Santhiago, são quatro as modalidades de trabalho com o público: a história feita *para* o público; *com* o público; *pele* público; e história *e* público⁷⁴ (neste último, se encontraria seu trabalho de autorreflexividade). O que Santhiago apresenta, assim como outros integrantes desse movimento, são dois termos que se mantêm estáveis e inquestionados independente das condições locais: haja o que houver, teremos história e teremos público. Desse modo, o autor trabalha o [que é frequentemente chamado de] “movimento” em uma “função paralela”: “[...] evitar que a questão dos *vários públicos da história*, que perpassa toda a atividade historiadora, da pesquisa à escrita, fique encoberta”⁷⁵.

Para Santhiago, não se trata de uma produção do novo, mas de um espaço autônomo para a comunicação constante no ato de pesquisa:

O que vem acontecendo é que a circulação da expressão “história pública” está suscitando *que práticas e reflexões anteriores sejam revistas à luz desse conceito*; que a preocupação com a publicização de resultados de pesquisa passe a constar de maneira programada de agenda de um número maior de historiadores.⁷⁶

Como o próprio autor expõe, não se pretende mais do que a criação de um espaço de embate para que velhas reflexões possam abrir novas soluções, mais horizontais e participativas. Santhiago diz que História Pública é um nome para aquelas práticas que antes estavam sem nome e outras que agora podem dividir a mesma arena de debate: os trabalhos com memória e patrimônio, a história oral, a história digital, a divulgação científica, a discussão sobre a indisciplina, a Teoria da História e muitas outras. É esse espírito cosmopolita que anima o autor sem, contudo, lhe proporcionar a reflexividade que apregoa para o campo. Santhiago deseja que se retorne ao “local, ao regional, ao

⁷³Ibid., p. 329.

⁷⁴ SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, vários significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; RABELO, Juliana Almeida; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 28.

⁷⁵ Ibid., p. 30.

⁷⁶ Ibid. Destaque nosso.

nacional”, sem abrir mão de nenhuma outra experiência ou idioma⁷⁷. Seu cosmopolitismo, no entanto, não questiona a produção da espacialidade e da temporalidade na qual a História Pública se filia quando escalona essas divisões territoriais. É ainda mais expressivo quando se percebe que nenhuma definição apresenta ou explora dimensões de poder, alienação e dominação. Essas condições limítrofes para o próprio conceito de História ainda não entraram na arena construída pelo movimento. Podemos dizer que se trata de uma concepção de prática historiadora de recorte liberal, que reconhece conflitos em seu nome, mas não problematiza relações de dominação e condições de emancipação⁷⁸. Muito provavelmente por isso não encontramos a violência racial como um problema.

Os propositores da História Pública se dizem sucessores da História Oral. Esse é o campo de pesquisa de vários dos seus praticantes, assim é o caso de Santhiago, da prestigiada historiadora dos lugares de memória da escravidão Hebe Mattos e de Michael Frisch, historiador americano responsável por cunhar o conceito de “autoridade compartilhada”⁷⁹. Para Frisch a noção de autoria é sempre dialógica – o que pressupõe dois sujeitos plenamente reconhecidos. Nada mais é dito sobre quando a situação – o caso do contexto racial e colonial – pressupõe a relação fundada em uma violência que não permite a entrada no campo do reconhecimento. Nesses termos, coloca-se um desafio à própria concepção de público como a produção do mundo comum onde se delimita quem é visto e ouvido.

A historiadora Renata Schittino colabora com uma das coletâneas da Rede Brasileira de História Pública trabalhando a noção de espaço público, recorrendo a Hannah Arendt e Jürgen Habermas⁸⁰. Schittino defende o compartilhamento da história nesse mundo comum sem pensar qual compartilhamento é possível quando esse comum não está disponível – quando se cobre o rosto do Outro com um véu e procura-se sempre falar em seu nome e apresentá-lo como um problema⁸¹. A questão do público, muito bem expressa pela colaboração de Schittino, se apega a uma narrativa de fundo ainda mais poderosa, que é a das luzes, da modernidade e da civilização.

⁷⁷ Ibid., p. 35.

⁷⁸ Quero dizer, que a História esteja condicionada a jogos de poder que prefiguram sua aparição.

⁷⁹ FRISCH, M. A História Pública não é uma via de mão única, ou de *shared authority* à cozinha digital. In: MAUAD, SANTHIAGO, ALMEIDA, op. cit., 2016.

⁸⁰ SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da História. In: MAUAD, SANTHIAGO, ALMEIDA, op. cit., 2016.

⁸¹ MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

Podemos filiar esse discurso a um “civilizacionismo”, para seguir uma discussão recente de Paul Gilroy⁸², que se move em vias de buscar salvar um Ocidente em apuros.

Essa é a diferença crucial da imaginação histórica⁸³ da diáspora africana ao posicionar a escravidão e seus elementos centrais – a racialização, o navio e o modo de produção escravista (a plantação) – no centro do processo da modernidade ocidental. Essa imaginação moral não permite que ideias de públicos tão inocentes sejam fomentadas, ainda mais quando os Estados racializados dependem da desumanização do Outro para assegurar a soberania através de massacres de pessoas “desumanizadas” (ou infra-humanas) – aquilo que Achille Mbembe chama de *necropolítica*⁸⁴, quando a produção da morte assegura a soberania política. O “sobrevivente”, por sua vez, se torna o signo de todo o bom e belo. A necropolítica é um adendo importante, também reestruturante, ao que Mark Fisher chamou de “realismo capitalista”⁸⁵. Nesse caso, não é apenas a diferença de classe que é ontologizada no dualismo “fracassados e vencedores”, mas também a diferença racial se processa entre “sobreviventes e não-sobreviventes”, ou “adaptados e não-adaptados”, tomada como exemplo de uma superioridade bioevolutiva.

Mbembe é um entre outros de uma ampla tradição filosófica que são rotineiramente e convenientemente esquecidos do debate da Teoria. Ou são parcialmente aceitos como ventrículos de vozes brancas europeias, ou são guetificados, segregados no estreito campo das “questões negras”, para que assim seja possível retornar facilmente a Arendt ou a Habermas e se iludir nas noções de público e mundo comum. Mesmo que para isso seja necessário ignorar a produção de parte das ciências sociais brasileiras que já atentaram ao etnocentrismo dessas concepções de mundo moderno⁸⁶. O que a História Pública faz ao ignorar esses espaços limites de impossibilidade mediante extrema violência racial é restituir a História, um signo civilizacional.

⁸² GILROY, Paul. Civilizacionismo, a “alt-right” e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha. *Revista Eco-Pós*, v. 21, n. 3, p. 17–34, 2018.

⁸³ Recorro a definição clássica de Collingwood, como a imagem que se dá ao objeto do passado, seja uma sequência de acontecimentos, quer um estado de coisas passado, uma teia de construção imaginativa entre pontos mais ou menos fixos. Ver COLLINGWOOD, R. G.. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 352-371.

⁸⁴ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018 Para a performatividade da escrita de Mbembe, ver PEREIRA, Allan Kardec da Silva. Intervir no passado performando o temo: Achille Mbembe e A crítica da razão negra. *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 3, pp. 172-192, 2017.

⁸⁵ FISHER, Mark. *Realismo Capitalista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

⁸⁶ Ver, por exemplo, COSTA, Sérgio. *Dois Atlântico: teoria-social, antirracismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Um Clube Social Negro não é uma instituição que pode facilmente servir ao propósito de um espaço público habermasiano. É um lugar que sofre constantes violências raciais que impossibilitam a reprodução da memória negra. Seu não-reconhecimento como um patrimônio [embora hoje o ativismo clubista busque o registro dessas instituições no regime de preservação e proteção do Estado⁸⁷], sua desvalorização por parte do poder público, além da precariedade em meio a dívidas e dificuldades de manutenção de suas infraestruturas demonstram uma condição em que a horizontalidade e o diálogo não são possíveis antes que se assegure a autonomia (e a opacidade). Do contrário, meu trabalho na ASP incorporaria o clube como um “problema negro”. Não é possível atrelar ao racismo todo o destino da ASP. Trata-se apenas de reconhecer que o sistema racial opera e interpela essa instituição, que, apesar de tudo, ainda produz uma realidade e uma sociabilidade alternativa para pessoas negras (e não-negras).

Nos últimos anos, um debate intenso se instalou na Teoria Crítica da Raça a respeito da impossibilidade ontológica do ser negro. Frank Wilderson III tem persistido na condição não-análoga da violência anti-negra, nomeadamente por ela não possuir uma justificativa de fundo, ou algo semelhante a luta pela terra contra o nativo, ou pelo controle da reprodução sexual no caso do gênero⁸⁸. É importante atentar ao tipo de negatividade que o afropessimismo nos traz ao enfatizar o papel da violência anti-negra na constituição da humanidade:

A história e a redenção são a trama da narrativa. Pode parecer provocativo, mas a história e a redenção (e, portanto, a própria narrativa) são inerentemente antinegros. Sem a presença de um ser que é, de início, irredimível (um ser que é universalmente ofendido, que naturalmente não pertence a si mesmo, e que está aberto à violência crua), a história e a narrativa não teriam a base de sua coesão. Sem o negro, ninguém seria capaz de saber como é um mundo sem redenção – e se não é possível conceber a ausência de redenção, então a redenção também seria inconcebível⁸⁹.

Segundo Wilderson, o que a História – incluo a História Pública – oferece ao negro é a narrativa entendida por redenção *no tempo*. O problema é que é o negro (desumanizado) que permite a temporalização da condição humana, a narrativa e, por fim, a própria História. Ainda que eu não esteja disposto a concordar com todas as conclusões de Wilderson a respeito do *nada* fundante do

⁸⁷ Ver ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. 221p. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

⁸⁸ WILDERSSON III, Frank. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia, 2020.

⁸⁹ *Ibid.*, 127.

ser (não-ser) negro, uma vez que recuso adentrar na ASP por meio desta negatividade⁹⁰, ao ignorar essa violência fundante do humanismo europeu, se colabora a continuar reproduzindo um mundo de pessoas normativas e pessoas-problemas. O negro, para a corrente teórico-política do afropessimismo, ainda ocupa o lugar da *morte social*, descrito por Orlando Patterson na estrutura das sociedades escravistas⁹¹. Indo além de Patterson, os afro-pessimistas afirmam que a violência anti-negra é o que produz um mundo social. Nesse caso, é comum a articulação de uma retórica escatológica.

Diversos intelectuais negros brasileiros vêm aderindo a esse pessimismo (de fundo) a respeito das possibilidades de diálogo e aliança minadas pela intensidade da violência. O sociólogo Osmundo Pinho⁹² e o historiador Fernando Baldráia⁹³ são dois exemplos que tomo para desenvolver esse argumento. Diferente dos “historiadores públicos”, essa intelectualidade encara o contexto colonial como um “mundo compartimentado”, seguindo as palavras de Fanon⁹⁴. Ela toma o “mundo em comum” por algo que só pode ser construído após lidar com a reparação dos processos de desumanização causados pelo racismo – dentre os quais estão massacres, encarceramentos e destruição do arquivo e da continuidade.

Pinho deseja balancear o pessimismo afro-americano com a ancestralidade da cultura africana no Brasil. Para não cair nas ilusões da inocência com a qual a cultura brasileira é produzida – tão comemorada pelo seu cosmopolitismo – Pinho mobiliza a categoria do “cativeiro”, ou seja, “[...] a condição, mediada pela passagem do meio e pela transposição atlântica no porão do navio negreiro, a que foram conduzidos sujeitos e saberes africanos, ancestrais”⁹⁵. Cativeiro intermedia a condição da morte social e a produção de um novo mundo baseado na ancestralidade. Em outro momento, tentarei afirmar que toda a historicidade quilombola tem início com a fuga, seguindo

⁹⁰ Para uma crítica ao Afro-pessimismo, ver MOTEN, F. Ser prete e ser nada (misticismo na carne). In: BARZAGHI; PARTENIANI; ARIAS, op. cit., 2021.

⁹¹ PATTERSON, Orlando. Autoridade, alienação e morte social. In: **Escravidão e Morte Social**. São Paulo: EdUSP, 2008, p. 64–119. Essa aplicação não é consensual. Patterson manifestou sua discordância em relação aos afropessimistas. WRITER, Liz Mineo Harvard Staff. Harvard professor reflects on the Kerner Report, 50 years on. Disponível em <<https://news.harvard.edu/gazette/story/2018/03/harvard-professor-reflects-on-the-kerter-report-50-years-on/>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

⁹² PINHO, Osmundo. **Cativeiro**: antinegitude e ancestralidade. Salvador: Segundo Selo, 2021.

⁹³ BALDRAIA, Fernando. Epistemologies for Conviviality, or Zumbification. Mecila Working papers, n. 25, 2020. Disponível em: <https://mecila.net/wp-content/uploads/2021/01/WP_25_Fernando_Baldráia.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

⁹⁴ FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UJFJ, 2005, p. 54.

⁹⁵ PINHO, op. cit., 2021, p. 23.

Maria Beatriz Nascimento, que permite surgir esse mundo ancestral mas que também leva adiante a memória do cativo. Por isso, Pinho repreende os pessimistas: não há vazio, pois há suplemento:

Não há nenhum vazio. Onde ele porventura poderia estar, está o suplemento Signo-África, como discuto mais à frente. As conexões, ligações e reinterpretações históricas deixaram rastros palpáveis ademais. Na linguagem, nas formas institucionais, em categorias simbólicas, na devoção aos orixás, na celebração corporal de diferentes modalidades de música negra e/ou efetivamente africana.⁹⁶

O suplemento africano⁹⁷ afirma que, após a violência racial, há um mundo africano-diaspórico. A História Pública, argumento, necessita dessas mediações entre o cativo e a ancestralidade, consciente, no entanto, que a desumanização faz parte da sua intertextualidade. Como fazer História com o público quando a própria disciplina trata de anular a possibilidade desse público existir?

Ao não reconhecer essa violência fundante do mundo racializado, o historiador público pode incorrer no que Baldráia chama de “inocência branca” (um conceito buscado em Gloria Wekker), que reduz a si mesmo todo o bom, o belo e o justo, estando sempre em um alto grau ético e moral, guiando uma luz para os outros⁹⁸. Essa inocência, Baldráia nos explica, une em uma mesma cena a escrita e a violência, permitindo sua analogia entre Hegel e a polícia:

Assim, parece que os escritos de Hegel, a ação policial nas favelas brasileiras, bem como a negação sociológica do terror da escravidão, todos participam na mesma configuração geral da dominação. Para reformular, pode-se dizer que o caminho que liga a mão do filósofo iluminista quando ele escreve à mão do policial quando ele atira opera também, senão sobretudo, através de *uma atitude intelectual comum*.⁹⁹

Essa atitude intelectual análoga à violência racial é um risco no qual o/a historiador/a público pode incorrer ao ignorar que sua própria disciplina é oriunda desse mundo cortado e que, lembrando nossa incursão no pensamento de Sylvia Wynter, colabora com a segregação e a manutenção do

⁹⁶ Ibid., p. 49.

⁹⁷ *Suplemento* é uma categoria que Pinho mobiliza do filósofo francês Jacques Derrida.

⁹⁸ Baldráia, op. cit., 2020, p. 15.

⁹⁹ Tradução livre de “Thus, it seems that Hegel’s writings, police action in Brazilian favelas, as well as the sociologist’s denial of the terror of slavery, all participate in the same general configuration of domination. To rephrase, one can say that the path that leads from the hand of the Enlightenment philosopher when he wrote to the hand of the policeman when he shoots runs also, if not above all, through a common intellectual attitude”. Destaque nosso. Ibid., p. 16.

véu. Ir ao público, o movimento de Santhiago, significa encontrar a própria impossibilidade do mundo comum. É preciso sair da inocência.

Meu trabalho na ASP objetivou auxiliar nas demandas por memória e história do clube encarando a realidade racial e buscando fugir da inocência com a qual se age e pela qual se reativa os signos civilizacionais incutidos na epistemologia da História. Para tanto, acredito na necessidade de um terceiro espaço, um entre-lugar que possa comportar a relação através daquilo que Lewis Gordon chama de “suspensão teleológica da disciplina”: a vontade de ir além das disciplinas na produção do conhecimento, de levantar questões apesar dos ditames disciplinares¹⁰⁰. Já destacamos que a História Pública não foi capaz de lidar com a violência racial sociogênica e por isso não respondeu a nossa questão sobre a autonomia epistemológica da historicidade negra. Essa “plataforma” não possui noções de localidade que a permitam operar fora da disciplina. Por conta disso, é preciso questionar se para assegurar a autonomia dos trabalhos de história e memória da ASP será necessário um ato indisciplinado que nos permita reposicionar a historicidade na Relação. Historicidade, mais uma vez, é opacidade.

Historicidade e Arquivo negro

Precisamos de um conceito de historicidade adequado a pensar localidade, opacidade e Relação. O historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot foi um dos nossos estudos mais interessantes no decorrer das *Oficinas*. A leitura do seu trabalho resultou em ótimos debates sobre o conceito de arquivo e o silenciamento das histórias negras através da violência contra a manutenção da sua continuidade via a garantia da memória. Para que haja opacidade e as condições de diálogo requeridas pela História Pública, é preciso haver direito à memória. Não apenas à preservá-la, mas ocupá-la, movimentá-la e diferenciá-la em legitimidade. Minha estadia na Associação Satélite Prontidão tem me mostrado que esse é o campo em que a Teoria pode se fazer mundana.

Trouillot propôs pensar a historicidade em um sentido ambíguo: ela envolve tanto o processo histórico concreto, de mudanças e transformações em um determinado espaço e no decorrer do tempo (uma combinação complexa entre sincronia e diacronia, uma fórmula conhecida

¹⁰⁰GORDON, Lewis R. Decadência disciplinar e de(s)colonização do conhecimento. *Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 110–126, 2017, p. 119.

dos/as historiadores/as) quanto a narração dos eventos e acontecimentos, a dotação de sentido. Não é que uma coisa se suceda a anterior, ou mesmo de tentar resolver se o que vem primeiro é o passado ou a narrativa sobre ele. Para Trouillot, a ambiguidade inerente à historicidade desdobra-se simultaneamente em um âmbito concreto, de transformações e vestígios (alçados posteriormente pelas corporações científicas e estatais ao status de documento histórico¹⁰¹), e em um âmbito ficcional. Com isso, Trouillot pretendeu responder à querela entre positivistas e construtivistas que se instalou na historiografia no final do século XX, com conhecidos casos de acusações exagerada de ingenuidade e negacionismo. O argumento de Trouillot é que a forma narrativa participa do processo sócio-histórico e por isso não existe qualquer dado “natural” sobre um acontecimento. O evento histórico é duplamente produto de ficções, seus efeitos coercivos, além das ações de transformação concreta mediadas por diferentes instâncias de agência. As coisas que ocorreram concorrem com o que se diz sobre as coisas que ocorreram – a ambiguidade torna-se imanente a qualquer projeto histórico.

Essa é, contudo, uma síntese da resposta de Trouillot aos positivistas, que gostariam que uma linha demarcasse as duas instâncias da historicidade. Aos construtivistas, no entanto, Trouillot destacará que por mais implicadas que estejam essas dimensões, essa linha não desaparece. Sociedades não-ocidentais não sobrepõem ficção e história, diz o autor, pois há sempre a necessidade de uma *credibilidade*:

A demanda por um tipo diferente de credibilidade separa a narrativa histórica da ficção. Essa demanda é ao mesmo tempo contingente e necessária. É contingente na medida em que algumas narrativas avançam e retrocedem por sobre a linha que separa ficção e história, enquanto outras ocupam uma posição indefinida, que parece negar a própria existência de uma linha. É necessária na medida em que, em algum momento, grupos humanos historicamente específicos têm de decidir se uma dada narrativa pertence à história ou à ficção. Em outras palavras, a ruptura epistemológica entre história e ficção é sempre expressa concretamente através da avaliação historicamente situada de narrativas específicas.¹⁰²

O que Trouillot diz é que essa diferença não é natural, mas produzida e constrangida a fim de se manter, em um sistema histórico, a separação entre narração e fato e entre ficção e história. Nesse

¹⁰¹ A noção de documento/monumento é relativamente antiga na Teoria da História, ver LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. 3ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1004.

¹⁰² TROUILLOT, op. cit., 2016, p. 30

sentido, o autor se distingue da afirmação de que a História é uma ficção entre outras, como teria feito Hayden White¹⁰³.

Essa apresentação poderia nos levar a acreditar que Trouillot está de acordo com a premissa de que a história trabalha com reminiscências do passado acumuladas pela memória – o que o autor chama de modelo de armazenamento história-memória. Mas é o exato oposto. Sua crítica se direciona contra a fixidez do passado e a uma noção sistêmica de pensamento histórico. Se Trouillot assume que a história é produzida desde o presente a partir de uma forma de credibilidade, ele não admite que esse passado é garantido. Antes de qualquer coisa, a preteridade é uma *posição*: “nesse sentido, o passado não tem conteúdo. O passado – ou, para ser mais preciso, a preteridade (*pastness*) – é uma posição. Portanto, de forma alguma podemos identificar o passado como passado¹⁰⁴”. Não existe um conteúdo fixo na forma. Esse jogo de posições orienta um sujeito. No modelo de armazenamento, o sujeito é pré-estabelecido. O passado é construído como seu próprio passado: “o modelo do armazenamento pressupõe não apenas um passado a ser recordado, mas também um sujeito coletivo que recorda. O problema dessa dupla pressuposição é que o passado construído é ele mesmo constitutivo da coletividade¹⁰⁵”. Tal qual repetido anteriormente, diferente da História Pública e das discussões sobre a indisciplina, Trouillot localiza a História. Não há evento, acontecimento, agência, tempo e espaço sem uma subjetivação envolvida.

É nesse sentido que, no entendimento de Trouillot, qualquer sistema histórico envolve silenciamentos a partir do constrangimento de formas de narração na construção do evento. Seu caso de estudo, a Revolução Haitiana, é um arquétipo do tipo de silêncio provocado pelo sistema moderno/colonial. Por ter sido encampada e liderada por africanos/as escravizados/as ou libertos/as, Trouillot afirma que a revolução foi desacreditada, seria algo “impossível” na imaginação política dos jacobinos e girondinos franceses, os quais permaneceram incrédulos mesmo enquanto seu processo se desdobrava na ilha de São Domingos. O autor enfatiza que o apagamento da revolução dos escravizados iniciou juntamente ao seu evento, tornando-se um não-dito na história política moderna. O Haiti é explorado por Trouillot em toda sua obra. Na construção de um sentido de historicidade, a revolução é um laboratório para os níveis do

¹⁰³ Estou muito longe de concordar com Trouillot nessa acusação a White, mas essa distinção trabalhada por ele dá densidade ao seu argumento.

¹⁰⁴ TROUILLOT, op. cit., 2016, p. 41.

¹⁰⁵ Ibid., p. 42.

silenciamento descritos pelo autor: das fontes (o factual), nos arquivos (na memória), na narrativa (nas formas de recuperação) e na história em si (na explicação retroativa, em alguns casos, científica). O silêncio é outro nome para a teorização do que Trouillot chama de *poder histórico*. Esse poder adentra todos os níveis. Não é onipresente, mas interpela a história por diferentes ângulos.

O poder não entra na estória de uma vez por todas, mas em momentos diferentes e de diferentes ângulos. Ele precede a narrativa propriamente dita, contribui para sua criação e para sua interpretação. Assim, ele continua pertinente mesmo se imaginarmos uma história totalmente científica, mesmo se relegarmos as preferências e ônus dos historiadores a uma fase separada, pós-descritiva. Na história, o poder começa na fonte.¹⁰⁶

Quero facilitar meu próprio entendimento da operação do poder histórico o descrevendo como um constrangimento (na melhor das hipóteses) em relação à enunciação dos fatos e na organização da memória, que concorrem com as formas narrativas e os diferentes modos de explicação histórica. Mesmo a história científica depende desses silenciamentos produzidos em nome da História.

Ao delinear uma historicidade que opera em duas frentes, da qual a própria compreensão do *ser histórico*¹⁰⁷ depende, Trouillot parece ensaiar um rompimento com modelos analíticos, mesmo que poucas vezes seja compreendido assim. Em sua discussão, qualquer história é dependente de uma disputa em um nível político-existencial de recuperação de um si-mesmo, ou seja, de uma herança soterrada, quando não destruída. A historicidade não se separa da sua própria invenção.

Ao fim, queremos dizer que esse componente ambíguo da historicidade localiza e fornece espaço e tempo para um sujeito que se utiliza dos próprios silêncios para criar força histórica. Se isso não for o suficiente para afirmarmos que Trouillot propicia uma poética da historicidade, terminemos com mais uma paráfrase: “[...] a história começa com corpos e artefatos: cérebros vivos, fósseis, textos, edifícios”¹⁰⁸. O trabalho dessa poética é situar a preteridade ao passo que constrói as linhas divisórias entre passado e presente. Nessas linhas, temos a orientação, a localização e a paisagem. Nessa orientação, o futuro.

¹⁰⁶ Ibid., p. 62.

¹⁰⁷ Não há mais ser, apenas sendo!

¹⁰⁸ TROUILLOT, op. cit., 2016., p. 66.

Os artefatos do Satélite Prontidão

Após 20 anos longe de Porto Alegre, a professora Karla retornou à capital gaúcha em 2018 e ao convívio intenso com o Satélite Prontidão. Nesse momento, foi criado o grupo de trabalho do *Memorial da ASP*. Em entrevista que realizei com ela em 05 de março de 2022, Karla me contou que encontrou o acervo do clube bagunçado, não categorizado e fora do seu lugar. Antes da ordem, o caos. Maria José, museóloga, estava na equipe original. Ela ajudou na organização, na criação das primeiras categorias e com instruções. “O que for de arquivo, separa pro lado. Não vai acabar, isso aqui é um ninho de gato”, contou Karla. A professora narrou que as pessoas confundiam espaço público e privado, deixando no *Memorial* o que era de suas casas. “Você não entendia porque estavam lá”.

Foi nesse momento, ela conta, que se percebeu que o acervo do clube era em suma maioria fotográfico. Ana Lúcia Feijó, filha do ex-presidente Nilo Feijó, já havia demonstrado isso quando fez um trabalho de *fotoetnografia* no clube. O grupo do *Memorial* introduziu na história do clube uma intencionalidade que até então não havia (ou que não estava presente naquele momento). Foi graças a esse trabalho anterior que conseguimos trabalhar nas *Oficinas*. A ASP quer contar sua própria história, como Karla nos conta em vários momentos.

Para isso, o clube persegue seu espaço físico, idealizado no começo do projeto e tornado o principal objetivo. Ele será a base de todas as narrativas possíveis para a ASP. Será o começo de uma história que desafia a medida. Nos esforçamos para criar esse discurso, a linha da historicidade, que mexe com as coisas do acervo. São canecas, quadros, fotos, cartões de associados, bandeiras de blocos carnavalesco. São os artefatos que por alguma razão foram guardados nas dependências do clube. O que é da história e o que não é? Essa é a pergunta que a professora Karla me fazia. Não existe uma resposta objetiva, mas existe um trabalho a ser feito para que possamos perseguir essa pergunta.

No quinto encontro das *Oficinas*, no dia 09 de julho, Karla nos apresentou o acervo do clube. No centro da mesa, ela dispôs vários objetos, cada qual a seu modo poderia contar a história da ASP. Jane, historiadora, disse: “cada peça dessas dá uma dissertação”. Cássio estava interessado nas faixas das rainhas, pediu para que a professora vestisse um dos artefatos. Sônia falou que finalmente entendia a questão da memória. Bibliotecária de formação e carreira, ela estava interessada na *Afroteca*, outro projeto do Departamento de Acervo e Pesquisa. Ela disse que ter contato com os materiais trazia um sentido para as discussões que havíamos feito nos espaços virtuais.

Figura 5 – Registro do 5ª encontro das Oficinas de História e Memória



Fonte: Do Autor

Várias coisas se sobressaem desses objetos. Notei algo muito especial na vivência dentro do clube: são as mulheres negras que cuidam da memória. A maior parte desses objetos foram preservados graças a mulheres. Essa ética do cuidado é especialmente importante em toda reprodução viva da ASP, embora é preciso tomar cuidado para não se reforçar um patriarcalismo na instituição. Há muito tempo as mulheres prontistas começaram movimentos de contestação interna, como a professora Karla me contou algumas vezes. Com isso, elegeram mulheres em diferentes postos diretivos, inclusive uma presidenta.

O feminismo negro vem construindo as bases para pensar as mulheres negras no âmago da historicidade diaspórica. Nos encontros seis e sete, dias 23 de julho e 06 de agosto, debatemos a questão da autonomia a partir de autores e autoras, a exemplo de Paul Gilroy, Kim Butler, bell hooks e Saidiya Hartman. Discutimos as dimensões negativas e positivas do arquivo. Na sombra dessas discussões, estavam os artefatos. Fora de contexto, eram entulhos, objetos domésticos, utensílios de uso prático. No *Memorial*, devem se tornar históricos. Mas seguindo o que? Quem poderia produzir essa linha?

Uma das divergências constantes que tive com a professora Karla é que seguidas vezes ela repetia que não tinha o conhecimento necessário para a concretização do espaço físico do *Memorial* e da reserva técnica. Eu retrucava e dizia que sim, que nada faltava. Eu precisava que ela positivasse sua atuação para que pudesse provar um ponto teórico. Ela, pelo contrário, precisava aliviar sua sobrecarga de tarefas e preocupações com aquele misto de entulhos e artefatos.

Durante a amostra, Karla contou que o acervo perdeu objetos preciosos por conta de assaltos que aconteceram no clube. Perdeu também arquivos digitalizados por problemas

técnicos. Cortes de energia adiaram a abertura do *Memorial da ASP*. O tempo levou boa parte da equipe e a pandemia veio decretar um dos momentos mais difíceis, que a fez pensar que o projeto poderia acabar. Se me recuso a pensar o Satélite Prontidão como esse espaço de carência e falta, então que casualidade explicaria tudo isso? Um contexto de violência racial é a minha resposta no qual a história de 120 anos de uma instituição corre o risco de ser transformada em entulhos.

Figura 6 – Mostra do acervo do Memorial da ASP



Fonte: Do Autor

Figura 7 – Registro do 5ª encontro das Oficinas de História e Memória



Fonte: Do Autor

Era o dia do Arraiá do Satélite, a festa junina, com banda de forró, jogos, bingo, churrasco, etc. Cheguei atrasado por ter ido num show no dia anterior. Chegando lá, cumprimentei Naíla, parte do departamento da juventude e da comissão de comunicação. Estavam também Karine e Camila. Esse momento foi importante para convidá-las para o Café com Memórias, atividade de captação para o Memorial da ASP.

Conversando com elas, notei como se preocupavam bastante com o futuro do clube. Pareciam angustiadas com o esvaziamento das atividades. Karine comentou quão difícil era cooptar jovens para fazerem parte do Satélite Prontidão. Naíla reclamou que as propostas da juventude não são acatadas pelos mais velhos. Isso ocorreu depois da professora Iara, parte da chamada “velha guarda”, falar com entusiasmo que os mais velhos esperam pelo momento que os mais novos tomarão a frente do clube. [...]

Esse dia também foi o momento de falar com os mais velhos sobre o Memorial da ASP e sobre a pertinência da presença deles no próximo dia 20 de Agosto, no Café com Memórias. Me apresentei como pesquisador para os demais prontistas. Aos poucos, mais e mais membros vão me conhecendo e sabendo sobre meu papel no Memorial. Com isso, vai aumentando também minha responsabilidade com o trabalho.

[Registrado no caderno de campo no dia 24 de julho de 2022]

Dois elementos cruzam e complexificam meu trabalho com a historicidade do clube: a juventude, o problema geracional, e o recorte de gênero, o amplo domínio de mulheres nos trabalhos da ASP.

Hoje, quinta, encontrei Pedro e conversei com ele sobre o andamento das Oficinas. Disse como toda a pesquisa tem se aproximado de uma etnografia, embora eu ainda não entenda como fazer etnografia a partir do arquivo. Também lhe confidenciei minha dificuldade em entender o fundo da minha problemática na ASP. Confessei que por mais que entenda e lance mão da ideia de POÉTICA DA HISTORICIDADE, é muito difícil sair de uma postura passiva na pesquisa em que o problema é que deveria me encontrar.

Minha situação é complicada pois preciso me manter pensando num espaço intermediário, operacional, que traduza modos históricos – culturas de passado? – diversos. Como manter isso? Quais são os requisitos de uma poética?

[Registrado no caderno de campo no dia 28 de Julho de 2022]

Indisciplina como ferramenta

O tema da indisciplina é recente, embora suas bases venham de um longo debate. Não é meu objetivo nesse texto reconstituir esse percurso, embora algumas de suas partes sejam importantes para atentar à insuficiência da disciplina histórica em nosso problema. Podemos entender que a “suspensão teleológica” permite desvincular o funcionamento do pensamento histórico em um lugar como a ASP dos critérios avaliativos da disciplina, sem denunciar um problema ou uma vítima. A “verdade histórica”, definida pela formalização dos fatos em relações de causa e efeito mediadas por agentes e contextos, não pode servir de métrica. Defendo aqui que indisciplinar é mais uma ferramenta, um artifício meta-teórico, do que uma temática. Ao partir da negação do poder de explicação e compreensão da disciplina, posso ocupar um lugar e trabalhar a diferença no nome História. Veremos que Beatriz Nascimento fez esse movimento na construção de uma poética quilombola, o que a levou a rejeitar a História.

Tentarei chegar à indisciplina por um recurso anedótico. Alguém poderia perguntar, lembrando Sanjay Seth, se a ancestralidade africana influenciou a formação da ASP. Se sim, como ela influenciou? Poderíamos formalizar esse problema pela questão sobre a influência das religiões de matriz africana em sua fundação e condução, o que pode ser objetificado pela ação que adeptos religiosos tiveram nos clubes. Teríamos, então, a agência das pessoas adeptas de religiosidades de matriz africana bem descrita e estudada, o que reduziria o clube a uma determinada religião (e facilmente irritaria pessoas negras adeptas do cristianismo e que também compuseram a associação). Outro estudo pode se comprometer a consertar a falta anterior avaliando *também* os evangélicos, e logo os ateus reclamariam desse trabalho. Na verdade, na tentativa de responder à primeira questão, acabamos por “laicizar” nosso objeto, reduzindo-o ao tipo de ação que se desenvolve na espacialidade republicana. Orixás não fazem parte da causalidade dessa história.

Ainda não saberíamos de que modo a ancestralidade opera num Clube Social Negro, mas saberíamos de que forma pessoas que aderiram a determinadas religiões transitaram e modificaram esse lugar. O clube continuaria a ser definido por termos alheios e não compreenderíamos como seu próprio funcionamento expressou princípios africanos (e *se* expressou esses princípios). Esse exemplo demonstraria um humanismo atômico da historiografia sem responder questões que surgem da ordem da autonomia, ou seja, da opacidade na Relação.

Uma solução encontrada seria tratar o clube como agente. Nesse caso, seriam investigados seus documentos, expressões de um corpo maior, conflitivo por conta da própria “natureza humana” e sua diversificação inerente (tal qual é comumente argumentada). Nesse caso, a ASP produz o contexto sobre o qual falará, o mais próximo de uma *sociogenia*. Pensamos que assim conseguiríamos responder nossa questão: a ancestralidade africana influenciou a formação da ASP? Ao adentrar o acervo do clube, encontramos registros desse efeito pelos instrumentos musicais, os símbolos do punho negro e a referência a personagens da história negra, entre outros. Saberíamos que o clube foi composto por essa ancestralidade, mas ainda não sabemos nada sobre sua *operação*. Para piorar, a presença de outras peças que indicam concepções modernas de identidade também estão presentes, como é o caso dos concursos de beleza e das normas de conduta. Vemos o clube ser composto por um social e reproduzi-lo, sem ainda poder medir o peso da ancestralidade africana nesse processo.

Se nos debruçarmos sobre os ritos da estrutura do clube, encontraremos seus papéis, as atas, seus estatutos, os documentos administrativos, ao passo que a ASP pareceria uma instituição burocratizada. Ela expressa os eventos do seu lugar no encadeamento da comunidade nacional (mimetizado pelo local). Poderíamos afirmar que, sim, a ASP tem a influência da ancestralidade, mas também dos ritos modernos. Ela produz seu próprio contexto social, ela é definitivamente agente. Contudo, pode apenas reproduzir a sociedade *na* qual fala – a identidade masculina, a família patriarcal, a organização burocrática. Nossa pesquisa hipotética deveria ser nomeada assim: “um estudo sobre a influência da ancestralidade africana em um Clube Social Negro: o caso da Associação Satélite Prontidão (Porto Alegre, RS)”. Com os parênteses, diríamos que o clube responde ao seu contexto (seu meio social). Poderíamos dizer que ele expressa a influência da ancestralidade africana na sociedade brasileira pelo modo que ela está bem compartimentada, dividida em terreiros e comunidades negras. No entanto, o clube é compreendido apenas por um vazio que deve ser preenchido por uma localidade sob a qual não possui qualquer ação.

Os transtornos desse tipo de pergunta, quando repetida até sua exaustão, esbarram em uma fronteira axiomática onde um saber só pode expressar os limites da sua episteme. Percebe-se que essa interrogação paira no nível da imaginação histórica – no ordenamento discursivo do tempo – e não consegue superar o que Ethan Kleinberg chama de “limite analógico”, no qual toda organização temporal (incluindo o evento, o processo e a agência) ocorre segundo as regras do

texto escrito¹⁰⁹. Isso porque o “realismo ontológico” da historiografia não permite concepções de vestígios e agências que não correspondam à comunidade imaginada da nação¹¹⁰, que segue os ditames de uma temporalidade homogênea (aderida pelo sentido da trama histórica).

Por conta do método apoiado em um humanismo oitocentista, poder-se-ia argumentar que a antropologia responderia melhor a nossa questão. Johannes Fabian, contudo, já demonstrou que a temporalização via escrita antropológica tende a negar a *coetaneidade* – ou seja, que temporalidades distintas ocupem um mesmo espaço¹¹¹. Evitando adentrar no debate antropológico, precisamos apenas afirmar que essa dificuldade etnocêntrica da historiografia – que sempre encontra o Outro (humano) como produção de um Mesmo (tempo) – foi enfrentada pelos debates da Teoria da História.

O procedimento analítico permitiu à historiografia historicizar seu próprio método, descortinar seu sujeito e declarar seu limite epistemológico – ou, seguindo as palavras de Hayden White¹¹², levou-a novamente à fase irônica da consciência. Esse conjunto de procedimentos derivado da “historicização da história” tem sido chamado de “indisciplina” e funciona através da “suspensão” defendida por Lewis Gordon. É preciso então compreender o que é a indisciplina e no que ela pode auxiliar na defesa da autonomia da ASP, com a qual esse trabalho se compromete. Perguntamos novamente: a indisciplina pode garantir a autonomia epistemológica da historicidade negra?

Para um dos principais defensores dessa postura teórica no Brasil, Arthur Lima de Avila¹¹³, a indisciplina é fruto do movimento centrípeto que destaquei anteriormente, mas também expressa ataques externos às humanidades dentro do que Rodrigo Turin chama de “regime de historicidade neoliberal”¹¹⁴. Ou seja, diversos grupos políticos possuem projetos de temporalização – de

¹⁰⁹ KLEINBERG, Ethan. **Historicidade espectral**: teoria da história em tempos digitais. Vitória: Milfontes, 2020 (ebook)

¹¹⁰ O historiador Benedict Anderson destaca essas tecnologias que reproduzem uma simultaneidade temporal - como o relógio e o calendário. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão dos nacionalismos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹¹¹ FABIAN, Johannes. O Tempo e a escrita sobre o Outro. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Deslocalizar a “Europa”**: antropologia, artes, Literatura e História na Pós-colonialidade. Lisboa: Edições Cotovia, 2005.

¹¹² WHITE, Hayden. **Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Editora da USP, 1995.

¹¹³ ÁVILA, Arthur. **A História no Labirinto do Presente**: ensaios (in)disciplinados sobre teoria da história, história da historiografia e usos políticos do passado. Vitória: Mil Fontes, 2021.

¹¹⁴ TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.

organização do pretérito – entre os quais a disciplina histórica se inclui, pluraliza e define normas restritivas. Baseado em Joan Scott e White, Avila diz que “[...] a disciplina é definida por um conjunto de negações, prescrições e proscricções discursivas que definem o que pode ser aceito como “história” em uma dada conjuntura”¹¹⁵. De tal modo, a história é pensada como um campo de batalha, utilizando um termo de Enzo Traverso¹¹⁶, onde mesmo seus procedimentos analíticos são colocados à prova de intencionalidade. Não existe epistemologia da história neutra.

Nesse caso, é compreensível que a História Pública diga-se uma plataforma onde outras epistemologias podem ser gestadas e diferentes modos de *ser* historiador sejam criados, atentando-se à diferença, lembrada por Avila, entre profissão e disciplina¹¹⁷. Segundo o autor, é tão possível ser uma historiadora profissional indisciplinada quanto ser uma amadora disciplinada. Porém, é possível também que novas profissões gerem outras virtudes, a exemplo do caso da valorização do trabalho com o público em cursos de bacharel em História – proposta apresentada por Pedro Telles Silveira¹¹⁸. E isso significa, somente, que o mercado de trabalho também possui “contribuições” para a reformulação da disciplina por meio dos lugares profissionais, como atenta Silveira em sua discussão sobre a precariedade. Turin discute o mesmo aspecto ao falar da imagem atual do acadêmico: “mais do que um bom pesquisador ou professor, hoje o *ethos* dominante que se cobra do acadêmico é de ser um bom gestor dos números de produção que qualificam sua performance em uma rede de relações concorrenciais”¹¹⁹. Isso significa, continua Turin, que não se mira mais obras expressivas, que modifiquem um campo, que contribua com novas pesquisas, “em vez de qualidade e do impacto de média ou longa duração, científico ou social, privilegia-se nesse novo modelo a contabilidade da produção relativa a um passado recente, como modo de projetar a sua continuidade rítmica em futuro igualmente curto”¹²⁰.

¹¹⁵ AVILA, A. o que significa indisciplinar a história?. In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). **A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 28.

¹¹⁶ TRAVERSO, Enzo. **La Historia como campo de Batalla**. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

¹¹⁷ Avila, op. cit., 2019, p. 28.

¹¹⁸ SILVEIRA, Pedro T. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 30, p. 2-28, 2020.

¹¹⁹ TURIN, R. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história: In: AVILA; NICOLAZZI, TURIN. op. cit., 2019, p. 259.

¹²⁰ Ibid., p. 259-260.

A encruzilhada na qual a disciplina se encontra, ao mesmo tempo que é o espaço em que a indisciplina pretende trabalhar, torna compreensível o temor e o endurecimento de parte dos/as profissionais em história em relação às velhas métricas da “verdade histórica”. A indisciplina desacomoda a alienação da prática em prol de uma *história aberta*, que toma a consciência, citando Avila, de que “[...] uma periodização ou uma temporalização específica auxiliam na conformação da compreensão acerca dos “tempos em que vivemos” e é parte fundamental das lutas políticas que nos ajudam a definir a tessitura do próprio presente”¹²¹. A isso podemos chamar de uma “consciência performativa” da História. Ela colabora com a “[...] formação de historiadores e historiadoras capazes de promoverem diálogos e traduções, na medida do que lhes é possível fazer, em suas coletividades, para além de serem somente transmissores dos dados apreendidos em suas pesquisas e apresentados em suas salas-de-aula”¹²². O que a indisciplina acrescenta na prática historiadora é uma hesitação – ou aporia – que ainda não sabemos se poderá continuar habitando o texto histórico. Essa figura hesitante encena uma abertura analítica, embora não deseje responder pela ação. Por isso pode-se dizer o que *não é* indisciplinar, mas não o que se fazer com a indisciplina.

Demorando-me um pouco mais nesse embate, por meio de sua “suspensão teleológica”, sabemos que a disciplina histórica é atravessada pelo social e, portanto, conflitiva. Por exemplo, Maria da Glória de Oliveira avalia que as virtudes selecionam internamente os sujeitos, comum no seu caso de estudo, os historiadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro do século XIX: “os usos das tópicas do amor à verdade, da abnegação e da imparcialidade, assinaladas nos elogios biográficos, designam virtudes inatas em certos homens de letras, que funcionavam como índices reguladores no processo de disciplinarização da pesquisa e da escrita da história no Oitocentos”¹²³. Esse é o caso para o gênero, embora tenhamos também escritos sobre a brancura segregacionista dos cânones historiográficos¹²⁴. Marcello Assunção e Rafael Trapp destacam o movimento negro

¹²¹ AVILA, op. cit., 2021, p. 95.

¹²² AVILA, op. cit., 2019, p. 45.

¹²³ OLIVEIRA, M. G. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: AVILA, NICOLAZZI, TURIN, op. cit., 2019, p. 60-61.

¹²⁴ ASSUNÇÃO, Marcello. As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 15, n. 38, p. 231–252, 2022; ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiáspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 229–252, 2021; TRAPP, Rafael Petry. História, raça e sociedade: notas sobre a descolonização e historiografia brasileira. **Revista de Teoria da História**, v. 22, n. 2, p. 52–77, 2019.

na crítica externa à disciplina. Temos uma incorporação de conceitos: racialização, branquitude e racismo estrutural devem passar a fazer parte do vocabulário analítico¹²⁵. Segundo os autores, esse aparato crítico fora manipulado antes por historiadores e historiadoras negras da importância de Clóvis Moura e Beatriz Nascimento, mas sofreram com a surdez branca da Teoria.

Um argumento forte dos autores supracitados é o da relação entre o corpo e o pensar frequentemente afirmada por Nascimento, para a qual a indisciplina não possui uma resposta. Isso se deve tanto ao fato de um subdesenvolvimento de sua consciência poética, reclamada há décadas por Hayden White, quanto pelo encerramento em um pensamento de sistema em que centro e margem estabelecem uma relação de retroalimentação: “disciplina e indisciplina se retroalimentam produzindo e reproduzindo incessantemente os seus *insiders* e os seus *outsiders*”¹²⁶. Essa afirmação ignora as características de gênese de um sistema, seus limites de variação e seu princípio entrópico. Ela coloca a posição marginal no lugar aporético: ou a restituição (da historicidade) em direção ao centro (ou seja, o reequilíbrio), ou a escatologia (o fim do mundo). A definição de disciplina por Michel Foucault é a do poder sobre o corpo, ou uma “arte do corpo humano”, “uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”¹²⁷. Sylvia Wynter nos diz que essa arte do corpo é estabilizada na figura de um corpo branco, masculino, estratificado pela geopolítica racial.

A resposta à antinegitude, trabalhada por Allan K. Pereira pela ideia de “escritas insubmissas”, rejeita a mera inclusão de diversidade na disciplina e sua reestabilização. Segundo Pereira, precisaríamos acompanhar os “sonhos de abolição”:

Indisciplinar a história não significa meramente "incluir diversidade" ou "trazer cor" à universidade-empresa, muito menos tomar culturas de passado não ocidentais como se elas fossem um mero antídoto que purificasse a historiografia dominante de sua histórica disciplinaridade antinegra.¹²⁸

¹²⁵ ASSUNÇÃO, TRAPP, op. cit., 2021.

¹²⁶ MUDROVIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá; RODRIGUES, Lidiane Soares. Rebelia disciplinada? Introdução à ‘História como (in)disciplina’. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 14, n. 36, p. 25–44, 2021, p. 37.

¹²⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 199

¹²⁸ PEREIRA, Allan Kardec. Escritas insubmissas: disciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 14, n. 36, p. 481–508, 2021, p. 502.

As pensadoras com as quais Pereira dialoga retomam o esquema corporal atacado pela “epidermização”¹²⁹ do racismo. Indisciplinar é emancipar o corpo. Para tanto, seria necessário acompanhá-lo em outros espaços que não apenas aqueles nos quais o vocabulário disciplinar permite falar: o arquivo institucional, a sala de aula, as universidades, os centros de pesquisa, etc. Se a História Pública permite essa travessia, ela o faz sem considerar os esquemas locais, a diferenciação intensiva por meio das diversas formas com que o corpo se apropria de técnicas em seu meio.

Quando pensamos o corpo e a indisciplina como uma ferramenta, (talvez) superamos a figura aporética, juntando pensamento e ação. Não basta dizer que a historiografia produz temporalidade e espacialidade do mundo social pela qual fala, mas compreender e se engajar com a operação em que isso ocorre. Mais especificamente, deveríamos entender a disciplina pela ativação de um princípio sociogênico. Isso inclui considerá-la aderente ao corpo racializado em seu processo de subjetivação¹³⁰. Ou seja, o *humano* é também produzido pelas práticas disciplinares historiográficas, nos lugares institucionais de produção de conhecimento. Deslocar essas práticas acompanha deslocar esses lugares e as bases epistemológicas do conhecimento. Fanon em seu desabafo diz: “eu não aguentava mais, pois já sabia que existiam lendas, histórias, a história e, acima de tudo, a *historicidade* [...]”¹³¹. Essa historicidade da racialização era motivo para sua desorientação: “não encontrava mais nenhuma das coordenadas febris do mundo. Eu existia triplamente: ocupava um lugar, ia na direção do outro... e o outro – evanescente, hostil, mas não opaco, e sim transparente, ausente – desaparecia. Era nauseante...”¹³².

¹²⁹ Epidermização é um conceito de Fanon. Significa dizer que o racismo trabalha uma ordem de significantes na figura corporal do branco e do negro. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

¹³⁰ Me baseio nas instigantes discussões de Judith Butler e de sua apropriação por Maria Inês La Greca. Ver BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. New York and London: Routledge, 1999; LA GRECA, Maria Inês. A Narrativa em disputa, ou o desejo de Hayden White de uma Historiografia Progressista refigurado através da Teoria da Performatividade de Judith Butler. In: BENTIVOGLIO, J.; TOZZI, Veronica (orgs.). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Metra-história**. Serra, ES: Milfontes, 2017.

¹³¹ FANON, op. cit., 2020, p. 127.

¹³² Ibid.

A Poética Quilombola

O conhecimento da historicidade é antes de tudo uma orientação. Maria Beatriz Nascimento¹³³ antecipou as questões da localidade, da opacidade e da orientação na historicidade antes que encontrássemos nossas discordâncias com a analítica. Talvez por conta disso, nesse tempo de encruzilhadas para o conhecimento histórico, onde seu próprio valor acumulativo tem sido suspenso, a força criativa de Nascimento é explorada juntamente com seus legados de poetisa. Nascimento sobreviveu a um relativo esquecimento na historiografia¹³⁴. Mesmo sem grandes títulos acadêmicos, cargos ou uma obra monumental (para os critérios acadêmicos), Nascimento concentrou sua vida na invenção de uma linguagem que pudesse colocar em relevo a *continuidade* da história negra no Brasil. O quilombo foi sua principal aposta nesse sentido, chamado de *sistema alternativo* e descrito como um conjunto cultural que produz espaço-tempos autônomos.

Nascimento não esteve sozinha. Na verdade, a ênfase em quilombo ocupou boa parte da imaginação histórica negra no Brasil¹³⁵, evidente em Abdias de Nascimento, Clóvis Moura e Edson Carneiro, com quem efetivamente Beatriz Nascimento travou diálogos e divergências. Para nossos propósitos, quero delimitar meu interesse na poética através de um argumento que certamente merecerá melhores sustentações. Quero dizer que a trajetória de Nascimento, sua obra e vida, expressam um desejo de invenção de uma linguagem que pode romper com os status de vítima e problema para as pessoas negras – ou, como a autora preferiria, o “negro-vida”. Esse negro-vida, o conhecimento produzido em segunda pessoa, requereu da autora uma batalha nos campos prefigurativo.

Esse caminho árduo, e danoso a sua saúde mental¹³⁶, se inicia com o trabalho nos arquivos do Museu Nacional sob tutoria de João Honório Rodrigues, com posteriores viagens para África patrocinadas pela fundação Ford e pela Casa Leopold Senghor. Nascimento também realizará

¹³³ Com Beatriz Nascimento, chegamos na paisagem quilombola. Uma poética não pode ser pensada de lugar algum. Não existe uma poética genérica. Ficaria feliz de saber de uma poética feminista, ou uma poética do ciborgue.

¹³⁴ PINN, M. L. de G. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamentos das práticas acadêmica e intelectual. **Revista Aedos**, v. 11, n. 25, p. 140–156, 2020.

¹³⁵ Esse é um argumento de Bernardino-Costa, ver BERNARDINO-COSTA, João. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, v. 3, n. 1, p. 119–134, 2018.

¹³⁶ Esse ponto, assim como as políticas da memória e do quilombo, é explorado por Juliana Streva. STREVA, Juliana, **Aquilombar Democracy Fugitive Routes from the End of the World**, [s.l.]: Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, 2021.

pesquisas de campo em comunidades remanescentes de quilombos em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Seu trabalho se valeu de diversas disciplinas, principalmente da antropologia e o método etnográfico, sempre em busca de um vocabulário fenomenológico para as formas de organização quilombola. Esse vocabulário incipiente desperta irritação e incompreensões no público na *Quinzena do Negro*, organizada pelo sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira na Universidade de São Paulo, em 1977. Sua apresentação foi intitulada de “Historiografia do Quilombo”, uma extensa fala em que terce uma série de críticas ao estado do conhecimento histórico sobre os africanos e seus descendentes no Brasil. A reação do público, dividido entre pessoas brancas e negras, revela a hegemonia reinante do debate marxista entre raça e classe do qual Beatriz Nascimento se distancia em busca de um existencialismo quilombola. Em resposta a uma intervenção na plateia, Nascimento enfatiza: “[...] a questão econômica não é um grande drama, apesar de ser um grande drama, não é o grande drama, o grande drama justamente é o reconhecimento da pessoa, do homem negro que nunca foi reconhecido no Brasil”¹³⁷. Mesmo jovem, a resposta da pensadora nos permite delimitar essa atitude inventiva, de torção, em dimensão epistemológica.

Essa inflexão no discurso histórico é fragmentado em vários sentidos. Ao todo, forma-se um conjunto não-concluído que envolve a vida errática da sua autora. Beatriz Nascimento passará a experimentar outras formas para concretizar suas aspirações sobre quilombo, ao passo que sua atuação no interior do movimento negro é mais tensa e conflitiva. Essas divergências de Nascimento são anunciadas em diversos momentos, como na conclusão do texto para o documentário *Orí* (dirigido por Raquel Gerber). Sua posição envolvia uma avaliação sobre a influência do pensamento de raça na atuação militante. Em “Carta de Santa Catarina”, texto que leu em um festival cultural de Florianópolis após a exibição do filme, a historiadora criticou os debates que derrocaram em agressividade, chamando-os de “improdutivos”. O principal problema, avaliou, é que o movimento negro ainda se compreendia como um movimento racial e não histórico¹³⁸.

A polifonia de Nascimento, sua experimentação de textos, imagens, passagens autobiográficas, poderia englobá-la na consciência diaspórica da tradição em movimento do

¹³⁷NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018, p. 136.

¹³⁸ NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma História Feita Por Mãos Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 229.

Atlântico negro. Não significa dizer que sua posição é facilmente compreendida por rotas anglófonas e masculinistas, mas que, ao sul desse conjunto moderno, Nascimento trabalha uma poética feminista negra¹³⁹ em torno do quilombo: um território oceânico, que desprende a historicidade negra dos desejos racializantes da narrativa histórica assimilacionista da democracia racial. As conexões de Nascimento com Caribe, África e o pan-africanismo da Guerra Fria, bem como seus diálogos com pensadoras radicais do feminismo negro fora do Brasil, ainda precisam ser trabalhadas. Uma poética quilombola é, invariavelmente, produto do feminismo negro e precisaria ser trabalhada nesse itinerário transfigurativo.

O quilombo em Beatriz Nascimento separa a historicidade de um nacionalismo metodológico que reproduz o espaço-tempo nacional. Mais do que uma crítica à historiografia, Nascimento concluirá mais tarde uma rejeição à História. Em um texto curto chamado “Por um Território (Novo) Existencial e Físico”, publicado em 1992, que serviria como conclusão da sua segunda tentativa de cursar um mestrado, dessa vez em na área de Comunicação, Nascimento questiona: “para que nos serve História? Não preciso dela, enquanto não possuo poder. Ela serve àqueles que detêm e se registram através do tempo enquanto poder. Neste país, minha vida não é poder, mas tem outras expressões tão ou mais importante que isso.”¹⁴⁰. Em diálogo com Felix Guattari e Michel Foucault, Nascimento tentava trabalhar o menor e o frágil. Também, buscava superar os binarismos que tornavam toda inteligibilidade do real uma repetição. A História, continua a citação anterior, “[...] é como o campo e território dos vencedores. Não adiantaria contrapô-la a uma história de vencidos, ainda não fomos vencidos, os assim chamados são indivíduos de muitas histórias, pequenas, mas fartas e fascinantes histórias”¹⁴¹. Essa rejeição ao tempo monumental da História e a deriva às histórias menores, ao *devir minoritário* (que trabalha com auxílio de Muniz Sodré e Guattari) e à micropolítica, carrega consigo a fuga (difícil e dolorida) do racionalismo ocidental e da prisão da escrita cientificista.

Em meados dos anos 70 e 80, junto a sua atuação militante, Nascimento defendia a continuidade na história negra. Para tanto, foi preciso uma nova técnica interpretativa para os documentos coloniais que resgatou na Torre do Tombo, em Portugal. A autora chamou os quilombos de “sistemas alternativos”, uma perspectiva que discorda da maior parte da bibliografia

¹³⁹ FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2019.

¹⁴⁰ NASCIMENTO, op. cit., 2018, p. 414.

¹⁴¹ Ibid.

da época, enviesada em um sentido liberal utópico ou marxista revolucionário. O quilombo, para a historiadora, é autônomo pois compreende uma organização social estranha à administração colonial. Podemos sobrepor esse argumento com nossa insistência na *localidade*, um entendimento sub trabalhado pela Teoria da História nas suas críticas indisciplinadas ou mesmo no movimento pela História Pública. Pondo em relevo a continuidade, Nascimento questiona: o que acontece com os quilombos após o século XIX, ou seja, depois do desmanche do sistema escravocrata? A pergunta estratégica da historiadora visou mais do que a legitimidade dos territórios ocupados por remanescentes quilombolas. Nascimento demonstra que os espaços em que viveram as populações negras ao longo do século XX se sobrepuseram aos antigos quilombos.

Em um projeto de pesquisa intitulado “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros”, a autora descreve cinco hipóteses de pesquisa. Tentando sintetizá-las ainda mais, diremos que, na visão de Beatriz Nascimento, quilombos: a) são movimentos de reação à ordem escravocrata; b) são vários sistemas sociais englobados em um mesmo nome; c) concorreram com a administração colonial; d) têm continuidade física e espacial que atraem populações negras no século XX; e) têm linhas de continuidade com as organizações e movimentos sociais em favelas urbanas e áreas de economia rural¹⁴². Em outro texto, publicado em meados de 1981, Nascimento esboçará uma relação de casualidade entre o messianismo de Antônio Conselheiro e essas organizações sociais quilombolas¹⁴³.

Para avançar nessas hipóteses e na pressuposição de continuidade, Beatriz Nascimento precisou romper com a imaginação realista oitocentista e a redução empírica na ciência histórica. A autora destaca que os quilombos surgem nas fontes apenas em momentos de guerra e conflito com a administração da colônia. Por vezes, em momentos diplomáticos. Contudo, para se considerar a autonomia, foi preciso pensar a *paz quilombola*. Recorreremos a uma longa citação de um texto datado de 1978:

Pensamos que, pela duração no tempo e pela expansão no espaço geográfico, o quilombo é um momento histórico brasileiro de longa duração, e isso graças a esse espaço de tempo que chamamos de *paz*, embora muitas vezes ela não surja na literatura existente. *Creio que se o escravo negro brasileiro tivesse podido deixar um relato escrito, com certeza teríamos mais fontes de paz quilombola do que da guerra*. Essa paz está justamente nos interstícios da organização quilombola, e exige-se, sobre ela, um esforço de interpretação

¹⁴² NASCIMENTO, op. cit., 2021, p. 118.

¹⁴³ O movimento de Antônio Conselheiro e o abolicionismo: uma visão da história regional. In: NASCIMENTO, op. cit., 2021, p. 193.

maior, com o qual se ultrapasse a visão do quilombo como a história dos ataques da repressão oficial contra uma outra organização que talvez na *paz* ameaçasse muito mais o regime escravocrata do que na guerra. O antes e o depois da guerra dos quilombos e que necessitam ser conhecidos. *O reduto de homens livres, se relacionando com outros homens livres ou não da sociedade brasileira, é que merece o esforço de interpretação que gostaríamos de empreender*: os laços de solidariedade com o pequeno proprietário, por exemplo; ou o comprometimento de senhores de fazenda que auxiliavam o coito; as relações entre negros e não negros dentro do quilombo.¹⁴⁴

Nesse parágrafo encontramos diversos elementos que ecoam a busca por autonomia e localidade na questão sobre a paz dos quilombos. No primeiro trecho que destaquei, podemos ouvir ecos da definição dupla da historicidade de Trouillot. A produção dos vestígios e da documentação situam a relação entre quilombo e escravidão: ou resistência, ou submissão. Ao englobá-las nesse regime, a História condenou um ao desaparecimento do outro. É em uma escala epistemológica que os silêncios são produzidos, como o historiador haitiano nos lembrou.

Trouillot também nos advertiu que a história começa com as pessoas – corpos, membros, órgãos e mentes. O segundo trecho enfatizado na citação de Nascimento é uma afirmação radical da humanidade negra. Caso pudéssemos ancorá-lo no Atlântico negro, esse pedido por uma nova interpretação, exaustivamente buscada pela autora, poderia ser denominado como um “novo humanismo”. Ele nos encarrega tanto da compreensão distintiva da memória negra e suas transgressões espaciais e temporais na modernidade, quanto da tarefa de alinhar o quilombo e o Atlântico em uma linguagem que desenhe as linhas de continuidade. A poética da historicidade de Beatriz Nascimento parte de afirmações simples e radicais: pessoas negras são humanas, não são problemas e não são apenas vítimas. Com isso, o desejo de transparência do discurso histórico é desvelado e negado. O que temos são rastros de um tempo ancestral que não pode ser compreendido em totalidade, mas opera em formas de vida modernas que lidam, entre outras coisas, com a racialização dos sistemas sociais nacionais.

Em *Orí*, documentário que conta com a redação de Beatriz Nascimento, veremos respostas a essa pergunta que articulam narrativa e imagens em exercícios de opacidade. Muitas análises do filme abordaram o movimento e a performance¹⁴⁵. Contudo, queremos destacar a historicidade na

¹⁴⁴ Quilombos: mudança social ou conservantismo? In: NASCIMENTO, op. cit., 2021, p. 133-134. Destaque nossos.

¹⁴⁵ SILVA, Conceição de Maria Ferreira. **Barravento, Orí et Santo Forte**: representação das religiões afro-brasileiras no cinema. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010; SMITH, C. Lembrando Beatriz Nascimento: quilombos, memórias e imagens negras. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães; PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões (Orgs.). **Pensadores negros, pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. 2. ed. Belo Horizonte, Brazil: Fino Traço, 2020. (Estudos África Brasil).

narração de Nascimento. A Passagem do Meio (*Middle Passage*) pelo Atlântico é recorrente em toda literatura diaspórica. Ela é símbolo dos horrores do tráfico, do cativeiro e da ruptura ontológica. Nascimento alinha o mar e a terra. “Quilombo é aquele espaço geográfico, onde o homem tem a sensação do oceano”¹⁴⁶, diz a historiadora, antes de convidar Raquel Gerber para a Serra da Barriga, lugar que abrigou o Quilombo dos Palmares.

Raquel, você precisa se sentir na Serra da Barriga... Toda a energia cósmica entra no seu corpo. Eu fico grande numa serra, fico assim, Raquel, alta, sabe? Eu afino e fico alta, fico parecendo os Gangalás, sabe como é? Aquela coisa de negro mesmo. Mas, é de negro, porque é um homem ligado à terra. É o homem que mais conhece a terra.¹⁴⁷

A terra é a busca pelo território. A terra dá o espaço pra a continuidade da travessia. Dessa vez a diáspora acontece pela *fuga*, que não é espontânea, mas planejada. A poética da historicidade quilombola começa com os planos de fuga. Como sabemos, a fuga de Beatriz Nascimento era também para escapar dos sistemas de pensamento. Chamamos de pensamento de fuga essa afirmação radical do reconhecimento do humano: “o quilombo surge do fato histórico que é a fuga, é o ato primeiro de um homem que não reconhece que é propriedade de outro, daí a importância da migração, da importância da busca do território”¹⁴⁸.

A fuga dá a relação pois é garantia da opacidade. Quando o escravizado foge não podemos mais chamá-lo de objeto, ele será outra coisa. As profecias da continuidade de Nascimento surgem daquilo que o africano arrasta consigo do cativeiro: o corpo. Para a historiadora, o corpo é a memória que ancora a historicidade. O *corpo-documento* permite que o quilombo retorne como resistência ontológica ao sistema de transparência da ciência histórica, ao mesmo tempo em que recusa o antagonismo entre continuidade e mudança, entre território e movimento. É sobretudo o corpo que, na dança, dá sentido à liberdade: “não é à toa que a dança para o negro é um movimento de libertação, o homem negro não pode estar liberto enquanto ele não esquecer o cativeiro, não esquecer no gesto, que ele não é mais um cativo”¹⁴⁹. O quilombo, diz Nascimento, retorna como simbologia. É uma poética que se ancora no corpo para recuperar a imagem: “tem-se que tornar-se

¹⁴⁶NASCIMENTO, op. cit., 2018, p. 336.

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ Ibid., p. 329.

¹⁴⁹ Ibid., p. 333.

visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos”¹⁵⁰. Dá-se a imagem sem com isso ceder também a opacidade.

A poética da historicidade quilombola dá-com o movimento pois garante, antes de tudo, a opacidade ao localizar a cultura no trama da Relação. A história apreende o passado pela pressuposição da continuidade que nega os cortes temporais e espaciais pelos quais a historiografia reativa seu mito fundante, a violência primeira da colonização. O quilombo ecoa em toda parte da cultura diaspórica porque ele não é transparente para o sistema de compreensão histórica e suas prerrogativas brancas e masculinistas.

¹⁵⁰ Ibid., p. 330.

Os/As Griôs de Prontidão

No dia 12 de abril de 2022, fui convidado por Richard e Karla para acompanhar a reunião com o conselho de anciões do Satélite Prontidão. Participei como ouvinte. Me apresentei devidamente para todos os participantes e pedi autorização para tomar notas. Concordei em não anotar fatos pessoais e informações sensíveis, apenas observei as preocupações do grupo e como iriam ser resolvidas. A memória era uma temática forte e concedia autoridade a esse conselho. Perguntei para Richard qual era a média de idade dos presentes. Ele me respondeu que apostaria entre 75 e 80 anos. Era um grupo de seis pessoas, entre as quais estavam ex-integrantes da diretoria, incluindo a primeira presidenta. Eram, antes de tudo, muito amigas e próximas e compartilhavam entre si muitas lembranças da ASP.

A reunião foi convocada por Richard, que precisava de ajuda para montar a lista de convidados para as festividades dos 120 anos da entidade. Antes que os convidados chegassem, conversamos um pouco. Ele parecia nervoso, Richard temia esquecer de convidar algum membro importante. Após contarem trivialidades uns para os outros, Richard propôs a questão: “quais pessoas não podem faltar na lista de convidados?”. Imediatamente, os senhores e senhoras começaram a lembrar os nomes, os vivos, não-vivos, parentes, etc. Uma lista de quase 80 nomes foi construída. Um nome era mais sensível: Nilo Feijó. Apesar de ser o maior presidente da história do clube, Feijó é acusado de desorganizar a associação ao filia-la intimamente a sua família. Após sua morte, seus filhos tiveram atritos com vários presentes. Por isso, o tema foi levantado com cautela.

O ponto importante da reunião foi esse trabalho. O que acontecia ali, pensei, era uma recuperação de informação e produção de contexto. Nesse caso, a experiência era tratada. Uma inteligência artificial, por exemplo, talvez jamais conseguisse fazer algo semelhante. A memória era crucial para a resolução do problema proposto por Richard.

Ao fim da minha participação, comentei essa impressão com os presentes procurando convencê-los da importância de trabalhar a historicidade do clube por meio do *Memorial da ASP*. Muitos/as possuíam objetos que poderiam compor uma exposição. Além disso, gostaria de estreitar relações para contar com a ajuda deles/as em planos futuros. Logo uma das senhoras nos prometeu doar alguns objetos.

Antes de encerrarmos, Richard me puxou ao pé do ouvido e disse: “Gabriel, siga sempre os mais antigos”.

Passados uns dias dessa reunião, refleti novamente sobre o acontecido. Pensei que ali estava diante de um princípio de ancestralidade pela qual funcionava a autoridade da memória do clube. Juntos, o conselho é uma tecnologia – um modo de fazer.

Palavras Finais

Não há conclusão para esse trabalho. Ainda não terminamos. Enquanto escrevo, aproveito uma tarde ensolarada na Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, antes do encontro que teremos pela noite para discutir as apresentações no Seminário Internacional de Clubes Sociais Negros em comemoração aos 150 anos da Sociedade Floresta Aurora. Teremos cinco palestrantes com trabalhos derivados das *Oficinas de História e Memória Negra*. Essas produções poderiam ser utilizadas para analisar o impacto do nosso trabalho ao longo do ano, certamente seriam um excelente incremento neste texto. Contudo, os prazos e cronogramas não coincidiram. Além disso, ainda teremos mais dois encontros das Oficinas, momentos em que estamos pensando no encerramento e na reabertura do projeto para o ano que vem. As palavras finais não são o fim, são um encaminhamento.

Alguma formalidade é necessária, mas ela não precisa ser, contudo, organizada em narrativa. Conte histórias dos encontros com a diferença, que formam o fundo desse trabalho. Não recorremos à História, mas à historicidade, que é o campo no qual as histórias da ASP são geradas. Esse projeto surgiu desse encontro e de uma situação. Como relembro agora, em janeiro de 2022 já estava trabalhando na equipe do *Memorial da ASP* sem saber qual espaço poderia ocupar diante das demandas que o clube enfrentava. Essas demandas têm a ver com situações de crise, como a questão da dívida financeira, mas também com relações particulares, a exemplo das diferenças com o Movimento Negro, a transição geracional e a territorialização com o entorno, no bairro Rubem Berta. Nesses meandros, havia o desejo de construir um espaço de memória e história a partir dos esforços de Karla, diretora de pesquisa e acervo. Me perguntei se seria possível trabalhar nesse espaço me colocando imperativo ético de garantir a autonomia ontoepistemológica do Satélite Prontidão.

A cultura – a ASP, os Clubes Sociais Negros ou a cultura negra – não é meu objeto. A cultura é a habitação da Teoria, isso que chamei de conjuntos de abstração que no geral se pensam sem situações locais e sem implicações¹⁵¹. Mas foi preciso construir alguma objetividade para esse

¹⁵¹ Tomo inspiração no trabalho de Ana Carolina Pereira, que enfrentou o problema da diferença fractal do tempo em sua pesquisa de campo. Minha decisão de não dialogar com a Filosofia da História, como Pereira fez ao responder Jorn Rusen, se deve tanto ao tamanho reduzido desse trabalho quanto ao fato de eu estar dialogando com a Filosofia

trabalho. O método etnográfico permitiu formalizar a historicidade como objeto a ser desvelado em campo: ele é uma unidade de relações que permite localizar espaço-temporalmente o sujeito. Nesse caso, a cultura é nosso lugar de intervenção, enquanto a objetividade *qua* historicidade é o que entregamos no trabalho, que Osmundo Pinho chamou de “devolução da imagem de si”¹⁵². O que se tornou a temática do trabalho foi a discussão sobre o modo de ocupar esse espaço e devolver a historicidade preservando uma autonomia ontoepistemológica (a intersecção formada entre um modo de conhecer e um modo de viver). Chamei de poética da historicidade o substrato da minha própria experiência autorreflexiva no *Memorial da ASP* e com as *Oficinas de Poética da Historicidade Quilombola*, que construí em discussões críticas (ou desapropriação da crítica) com a História Pública e a Indisciplina.

A poética foi derivada da construção de um espaço de trabalho através das *Oficinas*. Segui a discussão com a Filosofia da Relação de Édouard Glissant para quebrar com a hesitação implicada na analítica da historicidade amplamente disseminada nas Teorias da História, desde suas análises dos usos políticos do passado e até suas proposições relativistas de culturas de passado. A analítica já foi alçada a metodologia própria da História da Historiografia por Valdeci Araújo. Contudo, demonstramos que o olhar analítico traz ganhos sobre o desvelamento do sujeito irrefletido da História ao situar a temporalidade sobre a qual explica em esquemas narrativos de casualidade e demais objetos que produz, embora mantenha uma figura aporética de hesitação. Argumentei que essa figura continua repetindo as categorizações de vítima e problema para os sujeitos racializados. Por serem definidos por um tempo cindido, despossuídos da autenticidade buscada na analítica, os sujeitos da diáspora africana estão sempre sendo explicados por formalizações lógicas que escapam a sua localidade e opacidade. CSNs são, quase sempre, frutos do racismo ou de respostas ao racismo, por exemplo. A poética quer quebrar esses pressupostos e encontrar uma historicidade autônoma. Seguindo Glissant, isso só seria possível se considerarmos que historicidade se refere ao conjunto de relações que garantem a opacidade desses sujeitos.

Historicidade é um termo amplamente trabalhado nas Filosofias da História, principalmente originadas do idealismo alemão. Não segui essa genealogia na discussão. Trabalhei com Michel-Rolph Trouillot, historiador haitiano, que se preocupou em responder às discussões

da Diáspora Africana, através de Maria Beatriz Nascimento, Michel-Rolph Trouillot e Édouard Glissant. Ver PEREIRA, op. cit., 2013.

¹⁵² PINHO, op. cit., 2020.

entre construtivistas e positivistas em suas tentativas de determinar o que consiste a realidade histórica. Para Trouillot, o passado é antes de tudo uma posição, enquanto a historicidade opera como orientação no espaço-tempo. Trouillot introduziu temas cruciais no trabalho das *Oficinas*, principalmente por trabalhar a ideia de “produção de silêncios”, que começa desde o arquivo e as condições que as culturas possuem de manter seus vestígios e alçá-los, pela autoridade, ao status de documento. Trouillot também nos permitiu ver as limitações do movimento da História Pública ao não considerarem o problema da localidade. A partir das considerações do historiador haitiano, compreendemos que historicidade é opacidade construída via poética.

Para superar a ingenuidade da História Pública – que situamos como parte de um civilizacionismo¹⁵³ – apelamos para a indisciplina, entendeu-a pela “suspensão teleológica da disciplina”. Contudo, chamamos a indisciplina de ferramenta. Uma vez compreendida pela poética, a indisciplina sai da hesitação criada pela analítica. Porém, essa poética não poderia vir de lugar algum. A poética não é a produção de um *ser*, ela é antes o dizer de um *sendo*, da Relação. Glissant não foi o suficiente para situar nossa poética. Apesar de toda a Filosofia da Diáspora Africana pensar o mar e a travessia, não há territorialização no oceano. Por isso terra e mar precisam ocupar o mesmo terreno. Isso foi possível com o quilombo de Beatriz Nascimento, que dá a paisagem da poética e, portanto, o seu limite. O limiar quilombola determina até onde é possível compreender as relações da cultura. Quilombo dá a compreensão da historicidade, mas é também sua opacidade, a condição da ASP coincidir consigo mesmo – não com uma História, mesmo uma História negra. Para Nascimento, quilombo situa toda a historicidade negra na fuga, baseando sistemas alternativos e corroborando a continuidade histórica. Quilombo é, em Nascimento, o sistema filosófico, histórico e representativo que permite que as memórias e histórias negras sejam produzidas em regimes de autonomia ontoepistemológico. Demostrei que esse foi um dos maiores desejos de Beatriz Nascimento, o que acabou afastando-a (ou sendo afastada) da História.

¹⁵³ A História Pública trabalha com pressuposições de que a História é garantia do Direito e da Cidadania. Para a antropologia, disse-se que esse conhecimento mimetiza o Estado e a Nação em toda parte. É a isso que chamamos de civilizacionismo, como discutido por Gilroy. Ver GILROY, op. cit., 2018.

O fechamento desse trabalho segue em processo, mas ganha uma sugestão. Ao longo dos meses desse trabalho no Satélite Prontidão, tentei buscar um espaço para mim na equipe do *Memorial da ASP*, ao passo que precisei fomentar embates com a Teoria. Parte dessa narrativa foi demonstrada nas histórias etnográficas que adensam o miolo desse trabalho. A poética da historicidade quilombola é uma resolução que me permite seguir atuando na ASP. Ela não é um projeto de extensão universitária, as *Oficinas* são. Ela é uma maneira de ocupar a extensão universitária tensionando a Teoria e a localidade.

Portanto, a poética da historicidade cumprirá alguns passos: a) introduz a localidade como opacidade para a Teoria; b) torna a cultura o campo de intervenção e a historicidade a objetividade que procura-se construir como objeto e devolução; c) supera a hesitação analítica e reconstrói a Teoria através de histórias que coincidem com a poética. Sendo sugestão de ocupação da extensão universitária, minha conclusão é que as histórias precisam se preocupar com a autonomia das culturas. Para isso, precisa atentar ao risco da Teoria e das desorientações que nossas abstrações podem causar quando se acreditam ocupar lugar algum.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão dos nacionalismos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 12, p. 34–44, 2013.

ARAUJO, Valdei Lopes. O Direito à História: O(A) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Orgs.). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 229–252, 2021.

ASSUNÇÃO, Marcello. As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 15, n. 38, p. 231–252, 2022.

ÁVILA, Arthur. **A História no Labirinto do Presente: ensaios (in)disciplinados sobre teoria da história, história da historiografia e usos políticos do passado**. Vitória: Mil Fontes, 2021.

ÁVILA, Arthur. **História (In)disciplinada | Arthur Lima de Ávila**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rlii90GIP3I>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). **A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BALDRAIA, Fernando. “Epistemologies for Conviviality, or Zumbification”. In: *Mecila Working Papers*, n. 25, 2020. Disponível em: <https://mecila.net/wp-content/uploads/2021/01/WP_25_Fernando_Baldraia.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

BEINER, R. Reading Heidegger in an Age of Resurgent Fascism In: _____. **Dangerous minds: Nietzsche, Heidegger, and the return of the far right**. 1st edition. Philadelphia: PENN, University of Pennsylvania Press, 2018.

BERNARDINO-COSTA, João. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, v. 3, n. 1, p. 119–134, 2018.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. New York and London: Routledge, 1999.

- CARVALHO, José J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CHAKRABARTY, dipesh. **Al Margen de Europa: pensamiento pós-colonial y diferencia histórica**. Barcelona: Tusquets Editores, 2008.
- COSTA, Sérgio. **Dois Atlântico: teoria-social, antirracismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DOS SANTOS, Pedro; NICODEMO, Thiago; PEREIRA, Matheus. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 60, p. 161–186, 2017.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra**. Porto Alegre: Lacerda, 1999.
- ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- FABIAN, Johannes. O Tempo e a escrita sobre o Outro. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Deslocalizar a “Europa”: antropologia, artes, Literatura e História na Pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2005.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FEIJÓ, Ana Lúcia Felipe. **Os 110 anos da Associação Satélite Prontidão em uma viagem através da fotografia**. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39. ed. Petropolis: Vozes, 2011.
- GILROY, Paul. **Between Camps: nations, cultures and the allure of race**. London, UK: Penguin Books, 2001.
- GILROY, Paul. Civilizacionismo, a “alt-right” e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n. 3, p. 17–34, 2018.
- GILROY, Paul. **Entre Campos: nações, culturas e o fascínio da raça**. São Paulo: Annablume, 2007.
- GILROY, Paul. Fanon and Améry. **Theory, Culture & Society**, v. 27, n. 7–8, p. 16–32, 2010.
- GILROY, Paul. **The Black Atlantic: modernity and Double Consciousness**. London; New York: Verso, 1993.
- GLISSANT, Édouard. **Introdução à Poética da Diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GLISSANT, Édouard. **O pensamento do tremor. La cohée du lamentin**. Juiz de Fora: Gallimard/ Editora UFJF, 2014.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GONZAGA, Gabriel. **A Imaginação Histórica de Paul Gilroy: Formas narrativas e performances textuais de uma tradição diaspórica**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

GONZAGA, Gabriel. A Indisciplina como ferramenta, ou como arma. **ArtCultura**, v. 24, n. 44, p. 292–298, 2022.

GORDON, L. Antropologia filosófica, raça e economia política da privação do direito. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GORDON, Lewis R. Decadência disciplinar e de(s)colonização do conhecimento. **Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 110–126, 2017.

GORDON, Lewis R. What Does It Means To Be a Problem? W. E. B. Du Bois on the Study of Black Folk. In: **Existencia Africana: understanding Africana existential thought**. New York and London: Routledge, 2002.

HOOKS, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

JESUS, Nara Regina Dubois. **Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEINBERG, Ethan. **Historicidade espectral: teoria da história em tempos digitais**. Vitória: Milfontes, 2020 (ebook)

LA GRECA, Maria Inês. A Narrativa em disputa, ou o desejo de Hayden White de uma Historiografia Progressista refigurado através da Teoria da Performatividade de Judith Butler. In: BENTIVOGLIO, J.; TOZZI, Veronica (orgs.). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Metra-história**. Serra, ES: Milfontes, 2017.

LEAL, por Bruno. History Workshop: a história próxima das massas. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/history-workshop/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

LIMA, Alessandra Rodrigues; SILVA. **Mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil: Análise e Sistematização de Informações**. Brasília: IPHAN, 2015.

MAGNANI, José G. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, vol. 15, n. 32, pp. 129-156, 2004.

- MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (Orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (7Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MOTEN, F. Ser prete e ser nada (misticismo na carne). BARZAGHI, Clara; PARTENIANI, Stella Z.; ARIAS, André (Orgs.). **Pensamento Negro Radical: antologia de ensaios**. São Paulo: N-1 edições, 2021.
- MUDROVICIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá; RODRIGUES, Lidiane Soares. Rebelia disciplinada? Introdução à ‘História como (in)disciplina’. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 14, n. 36, p. 25–44, 2021.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História Feita Por Mãos Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tláloc. In: ÁVILA, Arthur; TURIN, Rodrigo; NICOLAZZI, Fernando (Orgs.). **A História (In)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. 1. ed. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 211–243.
- OLIVEIRA, M. G. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). **A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- PATTERSON, Orlando. Autoridade, alienação e morte social. In: **Escravidão e Morte Social**. São Paulo: EdUSP, 2008, p. 64–119.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, vol. 20, n. 42, pp.377-391, 2014, p. 383.
- PEREIRA, Allan Kardec. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 14, n. 36, p. 481–508, 2021.
- PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. **Na transversal do Tempo: Natureza e Cultura à prova da História**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013.
- PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, p. 88–114, 2018.

- PINHO, Osmundo. **Cativeiro: antinegitude e ancestralidade**. Salvador: Segundo Selo, 2021.
- PINHO, Osmundo. Etnografia e emancipação: descolonizando a antropologia na escola pública. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- PINN, M. L. de G. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamentos das práticas acadêmica e intelectual. **Revista Aedos**, v. 11, n. 25, p. 140–156, 2020.
- RANCIÈRE, J. **Os nomes da história**: ensaio de poética do saber. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- RODRIGUES, Rogério Rosa; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (Orgs.). **História pública em movimento**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021.
- RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, vol. 14, n. 28, 2010, p. 11-31.
- RUFER, Mario. Nación y Condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. In: BIDAISECA, Karina Andrea (org.). **Genealogías Críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**. Buenos Aires: CLACSO; IDAES, 2016, p. 275-296.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, vários significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; RABELO, Juliana Almeida; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 286–309, 2018.
- SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, n. 11, p. 173–189, 2013.
- SILVA, Conceição de Maria Ferreira. **Barravento, Orí et Santo Forte**: representação das religiões afro-brasileiras no cinema. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2019.
- SILVA, Denise Ferreira da. **Toward a global idea of race**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- SILVA, Fernanda Oliveira Da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- SILVEIRA, Pedro T. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 30, p. 2-28, 2020.

SMITH, C. Lembrando Beatriz Nascimento: quilombos, memórias e imagens negras. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães; PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões (Orgs.). **Pensadores negros, pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. 2. ed. Belo Horizonte, Brazil: Fino Traço, 2020.

STREVA, Juliana. **Aquilombar Democracy Fugitive Routes from the End of the World**. [s.l.]: Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, 2021. Disponível em: <<https://mecila.net/wp-content/uploads/2021/06/WP-Streva-Online-7.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

TRAPP, Rafael Petry. História, raça e sociedade: notas sobre a descolonização e historiografia brasileira. **Revista de Teoria da História**, v. 22, n. 2, p. 52–77, 2019.

TRAVERSO, Enzo. **La Historia como campo de Batalla**. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: o poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.

TURIN, R. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). **A História (in)Disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.

WHITE, Hayden. **Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Editora da USP, 1995.

WILDERSSON III, Frank. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia, 2020.

WYNTER, S. Nenhum humano envolvido: carta aberta aos colegas. In: BARZAGHI, Clara; PARTENIANI, Stella Z.; ARIAS, André (Orgs.). **Pensamento Negro Radical**: antologia de ensaios. São Paulo: N-1 edições, 2021.

WYNTER, Sylvia. Towards the Sociogenic Principle: Fanon, The Puzzle of Conscious Experience of “Identity” and What it’s Like to be “Black. (Manuscript)

ANEXO

Cronograma das Oficinas de História e Memória Negra – 120 anos ASP



Oficina de História e Memória Negra

As **Oficinas de História e Memória Negra** apresentam um itinerário de estudos idealizado pelo grupo de trabalho do **Memorial ASP**, parte da **Diretoria de Acervo e Pesquisa** da **Associação Satélite Prontidão** (ASP). O objetivo central desses trabalhos é desenvolver, no interior da ASP, um conhecimento próprio e autônomo a respeito de sua memória, sua história e sua historicidade em uma perspectiva relacional. As oficinas visam montar uma equipe de discussões e atividades que se estendem ao longo de quatro meses, com dois encontros mensais. As pessoas participantes dessas oficinas podem construir conjuntamente **um repertório hermenêutico a respeito da Memória e da História Negra** a ser, posteriormente, trabalhado nas instâncias da constituição do Memorial ASP.

Organização

As reuniões acontecerão junto ao **Memorial ASP** em um intervalo de **quinze dias**. As oficinas ocorrerão de modo híbrido, alternando **encontros virtuais** com **atividades presenciais** na ASP.

As reuniões serão divulgadas a pessoas interessadas e com disponibilidade de colaborar com o Memorial ASP. Serão disponibilizadas 15 vagas, destinadas preferencialmente para pessoas negras, e incentivamos inscrições de mulheres negras e pessoas negras não-binárias. Os participantes receberão certificado de participação nas oficinas expedido pelo **Instituto Federal do Rio Grande do Sul** (IFRS).

As reuniões de debate e atividades contarão com relatores e apresentadores, com objetivo de registrar a continuidade da discussão realizada nos encontros. Desse modo, durante os encontros, um dos participantes deverá entregar um curto relato da discussão anterior, enquanto outro ficará responsável por sistematizar sua leitura do texto e propor as primeiras chaves de discussões.

Ao fim das Oficinas, cada participante deverá entregar **um pequeno trabalho tematizando a Memória e História da ASP**, sendo preferível que se aproveite um dos módulos para tanto - exemplo: um comentário

sobre um encontro de discussão teórica; uma análise de uma ou mais peças do acervo da ASP; uma peça de arte, como uma colagem, um texto ficcional ou um relato biográfico. Incentivamos a criatividade dos participantes das oficinas.

As reuniões contarão com a possibilidade de ministrantes convidados.

Ao longo do ano de 2022, o grupo de trabalho do **Memorial ASP** idealiza alguns objetivos:

1. Sistematizar conceitos que auxiliem na catalogação do acervo da Associação Satélite Prontidão;
2. Elaborar primeira exposição do Memorial ASP na sede do Satélite Prontidão;
3. Idealizar um programa de educação patrimonial do Memorial ASP;
4. Construir um projeto de História Pública em vista a captação de recursos para investimento no espaço físico do Memorial ASP;
5. Apresentar trabalhos desenvolvidos durante as oficinas no Seminário de aniversário do clube Floresta Aurora.

Calendário (os encontros acontecem sempre a partir das 9h)

Encontro	Data	Plataforma	Observações
(1) Apresentação // A filosofia da História de Maria Beatriz Nascimento	14/05	Presencial	Apresentação do programa de oficinas em História e Memória no Satélite Prontidão; Exibição do filme-documentário <i>Orí</i> e debate. Palestra da Me. Alessandra Santos e Silva (UFGRS).
(2) História, Memória e Historicidade Quilombola em Beatriz Nascimento	28/05	Virtual	Discussão de textos.
(3) Memória e Clubes Sociais Negros	11/06	Presencial	Palestra da profa. Dra. Fernanda Oliveira (UFGRS) sobre Memória e Clubes negros no Satélite Prontidão; Análise da Nota Técnica do IPHAN .
(4) Memória, arquivo e documento	25/06	Virtual	Discussão de textos.
(5) Memória cultural e autonomia 1: relatos orais de membros prontistas	09/07	Presencial	Atividade Café com memórias com antigos membros prontistas.
(6) Memória cultural e autonomia 2: o conceito de diáspora	23/07	Virtual	Palestra do doutorando Me. Gabriel Gonzaga (Unirio).
(7) Memória e acervo do Satélite Prontidão	06/08	Presencial	Palestra da profa. Dra. Karla Alves (IFRS – Campus Viamão).
(8) Memória cultural e autonomia 3: a questão do arquivo	20/08	Virtual	Discussão de textos.

(9) Memória negra e Imagem	03/09	Virtual	Palestra do doutorando Me. Allan Kardec Pereira (UFRGS); Trabalho com fotografias do Satélite Prontidão.
(10) Atualidade da política clubista	17/09	Presencial	Encontro com diretores/as e membros do conselho Satélite Prontidão.
(11) Feminismo negro	01/10	Virtual	Discussão de textos.
(12) Gênero, Sexualidade e Juventudes: o futuro do Satélite Prontidão // Confraternização de encerramento	22/10	Presencial	Encontro com o grupo Juventude ASP .

Módulos

O programa das Oficinas está dividido em 12 módulos, distribuídos entre encontros presenciais e encontros virtuais, com prescrições de atividades, palestras e encontros de discussão teórica. Os blocos de encontros servem para orientar a equipe das Oficinas, embora sejam passíveis de alterações ao longo dos meses seguintes. Os módulos englobarão o calendário oficial da ASP.

Encontro 1 – Apresentação // Filosofia da História em Beatriz Nascimento (presencial)

Objetivo: Apresentação do programa de Oficinas em História e Memória negra do Satélite Prontidão: motivações, contextualização e objetivos gerais para o ano de 2022.

Nesse encontro, também assistiremos ao filme-documentário “Orí”, dirigido por Raquel Gerber e Beatriz Nascimento. Pensaremos com Nascimento o conceito de **quilombo** para descrever a experiência negra e a formação dos clubes negros no Brasil.

Link para documentário completo - <https://traduagindo.com/2022/03/10/ori-documentario-completo/>

Sugestões de leitura de apoio:

Raquel Gerber. As comunidades negras no Brasil

Conceição de Maria Ferreira da Silva. Análise de Orí. In: Barra Vento, Orí e Santo Forte: representações de religiões afro-brasileiras no cinema. (dissertação de mestrado)

Encontro 2 – História, Memória e Historicidade Quilombola (virtual)

Objetivo: A equipe de trabalho das Oficinas retomará o conceito de **quilombo** em Maria Beatriz Nascimento. Tentaremos trabalhar modos de pensar o arquivo do Satélite Prontidão a partir da ideia quilombo.

Sugestões básicas de leitura:

Beatriz Nascimento. Cap. 1. Por uma história do homem negro; cap. 12. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas In: *Uma história feita por mãos negras*.

Nego Bispo. Confluências x Transfluências. In: Colonização, Quilombos: modos e significados.

Leituras Complementares:

Beatriz Nascimento. Cap. 15. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: *Uma história feita por mãos negras*.

Conceição de Maria Ferreira da Silva; Silvânia Alves de Moraes. O conceito de quilombo e (re)construção de identidades e espacialidades negras.

Maria Lídia Godoy Pinn. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamentos das práticas acadêmica e intelectual.

Wagner Vinhas Batista. Eu não fiz uma tese, uma antítese. In: Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. (Tese de Doutorado)

Christian Smith. Lembrando Beatriz Nascimento: Quilombos, memória e imagens negras radicais. In: Pensadores negros - pensadoras negras.

Encontro 3 – Memória e Clubes sociais negros (presencial)

Objetivo: Debater o conceito de Clube negro e a importância dos clubes negros na manutenção da memória negra no Brasil.

Sugestões básicas de leitura:

Giane Vargas Escobar; Ana Luiza Coiro Moraes. Clubes sociais negros: memória e ações para o reconhecimento como patrimônio cultural afro-brasileiro. In: Os Clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul.

Fernanda Oliveira da Silva. Uma forma de protesto à ideia de raça nas Américas - O surgimento dos clubes negros nos grandes centros de uma região de fronteira ao sul do Atlântico. (déc. 1870-déc. 1930). In: As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-abolição (1870-1960).

Leituras Complementares:

Giane Vargas Escobar. Cap.5. Políticas de promoção da igualdade racial e reparação ao povo negro e proteção ao patrimônio afro-brasileiro. In: Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. (Dissertação de mestrado).

Arilson dos Santos Gomes. O primeiro congresso nacional do Negro e a sua importância para a integração social dos negros brasileiros e a ascensão material da Sociedade Floresta Aurora.

Nara Regina Dubois de Jesus. Clubes sociais negros em Porto Alegre - RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora. (Dissertação de Mestrado)

Atividades: Análise da nota técnica do IPHAN sobre os Clubes Negros

Encontro 4 – Memória, arquivo e documento (virtual)

Objetivo: Debater as noções básicas de memória, documento e arquivo no campo teórico e pensar conjuntamente as dinâmicas de *poder* que inviabilizam as continuidades dos arquivos da história negra.

Sugestões básicas de leitura:

Michel-Rolph Trouillot. Cap. 1. O poder na história. In: *Silenciando o Passado: poder e a produção da história*.

Jacques Le Goff. Documento/Monumento. In: *História e Memória*

Leituras Complementares:

Achille Mbembe. Cap. 1 e 2. In: *A Crítica da Razão Negra*

Krzysztof Pomian. Memória. In: GIL, Fernando (Org.). *Sistemática*. (Enciclopédia Einaudi, v.42). Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, p. 507–516.

Jacques Le Goff. Memória. In: *História e Memória*.

Atividades: exposição e contextualização do grupo de estudos; discussão dos textos selecionados; definição de conceitos;

Sugestão de questões-chaves para o debate:

- O que é memória? Qual é a diferença entre História e Memória?
- Como Jacques Le Goff divide os conceitos de documento e monumento?
- Segundo Trouillot, como poder e arquivo estão implicados?

Encontro 5 - Memória Cultural e Autonomia 1 (presencial)

Objetivo: [Café com Memórias - edição 2] encontro destinado a registrar a memória oral de antigos frequentantes do Satélite Prontidão.

Sem leituras programáticas

Atividades: Roda de conversa e gravação de depoimentos sobre a História do Satélite Prontidão

Encontro 6 – Memória Cultural e Autonomia 2 (virtual)

Objetivo: Os próximos encontros pretendem debater a questão da autonomia na Memória negra e a pertinência do Memorial ASP desenvolver por si mesmo uma sentido para sua história, o que chamaremos de um trabalho sobre a **historicidade**. Para tanto, trabalharemos a noção de **diáspora**. Como a ideia de diáspora poderá nos ajudar a pensar a memória do Satélite Prontidão?

Palestra do Doutorando Me. **Gabriel Gonzaga** (Unirio)

Sugestões básicas de leitura:

Paul Gilroy. “Uma história para não se passar adiante”: a memória viva e o sublime escravo. In: *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*.

Leituras Complementares:

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Cap. 3. A modernidade negra; Cap. 9 A democracia racial revisitada. In: *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*.

Kim Butler. Por que Diáspora? A migração do termo da experiência judaica para a Africana e sua utilidade universal. In: *Diasporas Imaginadas: Atlântico negro e Histórias Afro-brasileiras*.

Atividades: Debate sobre o conceito de Diáspora e a respeito da discussão manejada por Paul Gilroy.

- De que modo o conceito de Diáspora pode contribuir com o trabalho com História e Memória negra?

Encontro 7 – A memória da ASP (presencial)

Objetivo: encontro voltado para debater a História da ASP, quando ocorrerá o lançamento do livro de artigos do Satélite Prontidão.

Palestra da Profa. Dra. **Karla Alves** (IFRS- Campus Viamão e Diretora de Pesquisa e Acervo da ASP).

Sugestões básicas de leitura:

Sem leitura programática

Atividade

Palestra sobre a História da Associação Satélite Prontidão e lançamento do livro com artigos sobre o clube.

Encontro 8 – Memória Cultural e Autonomia 3 (virtual)

Objetivo: A equipe de trabalho retomará o tema da autonomia da memória negra. Trabalharemos com uma atenção maior para a sensibilidade requerida na construção desse sentido, incentivando que representações alternativas nasçam a partir do Memorial ASP.

Sugestões básicas de leitura:

bell hooks. Heranças estéticas: a história feita à mão. In: *Anseios*: raça, gênero e políticas culturais.

Saidiya Hartman. Vênus em Dois Atos. In: *Eco-Pós*

Leituras Complementares:

Stuart Hall. Que negro é esse na cultura negra. In: *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais.

Aleida Assman. Locais. In: *Espaços de Recordação*.

Atividades:

Debate sobre os textos.

- Quais particularidades a memória cultural negra carrega em si? Quais cuidados são necessários ao lidar com materiais desse tipo?
- Como a questão da autonomia da memória cultural negra impacta no trabalho de organização do Satélite Prontidão de sua própria historicidade?

Encontro 9 – Memória negra e Imagem (virtual)

Objetivo: compreender como o registro das memórias negras está relacionado com a produção de imagens de pessoas negras.

Palestra com o Doutorando Me. **Allan Kardec Pereira** (UFRGS)

Sugestões básicas de leitura:

Osmundo Pinho. “Black Border”: o corpo e a luta no audiovisual negro. In: *Cativeiro: antinegitude e ancestralidade*.

Ana Lúcia F. Feijó. Os 110 anos da Associação Satélite Prontidão em uma viagem através da fotografia (TCC em Pedagogia da Arte).

Leituras Complementar:

W. J. T. Mitchell. O que querem as imagens? In: Emmanuel Alloa. *Pensar a imagem*.

Fernanda Rechenberg. Imagens e trajetos revelados: estudo antropológico sobre fotografia, memória e a circulação de imagens entre famílias negras de Porto Alegre. (tese de doutorado)

Atividade:

Debateremos a configuração própria da imagem do negro.

- Sabendo que a maior parte do arquivo do Satélite Prontidão é composto por fotografias, como devemos compreender o papel da imagem na história do clube?

Encontro 10 – A atualidade da política clubista (presencial)

Objetivo: Encontro destinado a problematizar os rumos da política clubista negra hoje, ouvindo representantes gaúchos e analisando as cartas dos encontros clubistas negros.

Sugestões básicas de leitura:

Sem leituras programáticas

Atividades: Roda de conversa com representantes da política clubista e recolhimento de depoimentos

Encontro 11 – Feminismo negro (virtual)

Objetivo: Com vistas ao projeto de pesquisa deste ano a ser desenvolvido no Memorial ASP, o presente encontro visa introduzir conceitos críticos de gênero a partir da perspectiva das mulheres negras, de modo que auxilie nos trabalhos de resgate da presença das mulheres negras na ASP.

Sugestões básicas de leitura:

Lélia Gonzalez. A categoria político-cultural de amefricanidade.

Patrícia Hill Collins. Epistemologia feminista negra. In: *Decolonialidade e Pensamento Afro-diaspórico*.

Oyèrónke Oyewùmi. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: *Decolonialidade e Pensamento Afro-diaspórico*

Leituras Complementares:

Angela Davis. Educação e Libertação: a perspectiva das mulheres negras. In: *Mulheres, Raça e Classe*.

Grada Kilomba. Cap. 4. Racismo genderizado. In: Memórias da Plantação.

Atividades:

Debateremos o conceito de gênero e sua influência no trabalho com a memória negra.

- Como a crítica feminista negra impacta no trabalho com história e memória negra?
- De que modo devemos trabalhar com a memória das mulheres prontistas?

Encontro 12 – Gênero, Sexualidade e Juventudes: o futuro do Satélite Prontidão (presencial)

Objetivo: O encontro de encerramento das nossas Oficinas de História e Memória em 2022 debaterá o futuro das políticas da memória negra centralizando o debate de gênero, sexualidade e da juventude ASP.

Sugestões básicas de leitura:

Megg Rayara Gomes de Oliveira. Por que você não me abraça?

Atividades: Encerramento das atividades com roda de conversa com a **Juventude ASP** a respeito do futuro do Satélite Prontidão.